



RESOLUÇÃO Nº 43, DE 29 DE AGOSTO DE 2018

Dispõe sobre o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Graduação em Serviço Social, turma especial única (Convênio MDA/INCRA/PRONERA-UFT), Câmpus de Miracema.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 29 de agosto de 2018, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Graduação em Serviço Social, turma especial única (Convênio MDA/INCRA/PRONERA-UFT), Câmpus de Miracema, conforme anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL, TURMA
ESPECIAL ÚNICA (CONVÊNIO
MDA/INCRA/PRONERA-UFT), CÂMPUS DE
MIRACEMA.**

Anexo da Resolução nº 43/2018 – Consepe
Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 29 de agosto de 2018.

MIRACEMA/TO
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO **TOCANTINS**

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 43/2018 – CONSEPE

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL, TURMA ESPECIAL ÚNICA (CONVÊNIO
MDA/INCRA/PRONERA-UFT), CÂMPUS DE MIRACEMA.**

MIRACEMA/TO
2018



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO
SOCIAL TURMA ESPECIAL/PRONERA

MIRACEMA – TO
2018

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO
SOCIAL TURMA ESPECIAL/PRONERA

Projeto Pedagógico da Turma especial do
Curso de Serviço Social/Pronera da
Universidade Federal do Tocantins – UFT.
Campus Miracema do Tocantins

Coordenadora Geral do Projeto
Maria Helena Cariaga Silva

MIRACEMA – TO
2018

SUMÁRIO

Apresentação	6
1 – Contexto Institucional	8
1.1 Histórico da Universidade Federal do Tocantins	8
1.2. A UFT no Contexto Regional e Local	10
1.3. Missão Institucional	11
1.4. Estrutura Organizacional	11
2. Contextualização do Curso	20
2.1. Dados do Curso:	20
2.2. Diretor do Campus	20
2.3. Coordenadora do Curso:	21
2.4. Relação Nominal dos membros do Colegiado de Curso:	21
2.5. Comissão de elaboração do PPC:	22
2.6. Histórico do curso: sua criação e trajetória	22
3 – Bases Conceituais do Projeto Pedagógico Institucional	25
3.1. Fundamentos do Projeto Pedagógico dos Cursos da UFT	27
4 – Organização Didático-Pedagógica	28
4.1. Administração Acadêmica	28
4.2. Coordenação Acadêmica	29
4.3 Projeto Pedagógico do Curso	33
4.3.1. Justificativa	33
4.3.2. Objetivos do curso	35
4.3.3 Perfil Profissiográfico	36
4.3.4 Competências, atitudes e habilidades	37
Competências e Habilidades Gerais	37
Competências e Habilidades Específicas	37
Atribuições privativas do assistente social	39
4.3.5 Campo de atuação profissional	40
4.3.6 Organização Curricular	41
4.3.6.2. Abordagem da Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2004)	42
4.3.6.3. Abordagem da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999, Art. 11)	42
4.3.6.4. Atividades de Alternância	43

4.3.6.5. Matriz Curricular	43
4.3.6.6. Língua Brasileira de Sinais (Libras): disciplina optativa/obrigatória (Decreto nº 5.626/2005)	48
4.3.6.7. Ementário	48
4.3.7 Metodologia	86
4.3.8 Interface pesquisa, extensão e pós-graduação.....	90
4.3.9 Interface com programas de fortalecimento do ensino, monitoria, PET e etc.	95
4.3.10 Interface com atividades complementares	96
4.3.11 Estágio Curricular Obrigatório e não obrigatório	97
4.3.12. Prática Profissional.....	101
4.3.13. Trabalho de Conclusão de Curso	101
4.3.14. Avaliação do Processo Ensino-aprendizagem.....	102
4.3.15. Avaliação do Projeto do Curso.....	103
4.3.16. Auto-avaliação e avaliação externa (Enade, Sinaes e outros).....	105
5 – Corpo Docente, Corpo Discente e Corpo Técnico-Administrativo.....	106
5.1. Formação acadêmica e profissional do corpo docente	106
5.2. Regime de trabalho	107
5.3. Núcleo Docente Estruturante (NDE) – Resolução CONAES nº 1, de 17/06/2010.	108
5.4. Produção de material didático ou científico do corpo docente	109
5.5. Formação e experiência profissional do corpo técnico-administrativo que atende ao Curso.....	109
6 - Instalações Físicas e Laboratórios.....	111
6.1. Laboratórios e instalações.....	111
6.2. Biblioteca	113
6.3. Instalações e equipamentos complementares.....	116
6.4. Área de lazer e circulação	116
6.5. Recursos audiovisuais.....	116
6.6. Acessibilidade para portador de necessidades especiais (Decreto nº 5.296/2004).....	116
6.7. Sala de Direção do Campus e Coordenação de Curso	117
7 – Anexos.....	117
Periódicos especializados.	117
Endereço de acesso na Plataforma Lattes dos Currículos Acadêmicos dos docentes.	117
Atas de aprovação do PPC pelo Colegiado do Curso e pelo Conselho Diretor do Campus; Ad referendum do Diretor do Campus acerca do Regulamento do Estágio Curricular Obrigatório	

e não obrigatório, Regulamento de TCC, Regimento do NDE no Conselho Diretor do Campus.	117
Declarações dos docentes de que as atividades não impactarão na carga horária do curso regular aos quais estão vinculados.	117
Regimento Acadêmico do Curso.	117
Regulamento de Estágio Curricular Obrigatório.	117
Regulamento de Estágio Não Obrigatório.	117
Regulamento de TCC.....	117
Regimento do NDE.....	117
Termo de Execução Descentralizada (TED) e Plano de Trabalho.	117
Publicação no DOU, 07 de dezembro de 2017.	117

Apresentação

Essa proposta iniciou em 2015, enquanto demanda que se materializou pelo/as trabalhadores/as da zona rural dos assentamentos da reforma agrária, após contato com os professores da Universidade Federal do Tocantins (UFT), por meio de reuniões e entrega de ofício solicitando ao Campus de Miracema a criação do Curso de Serviço Social por meio da política de educação do campo, impressa no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera.

Após essa demanda foi elaborado uma proposta por uma comissão de docentes, que foi aprovada em colegiado do curso de Serviço social e no Conselho Diretor do Campus de Miracema no ano de 2015. Após aprovada nas instâncias do campus, a proposta de curso foi encaminhada ao Incra. Em 2016, no dia 18 de janeiro o projeto foi protocolado na SOCS Secretaria de Órgãos Colegiados Superiores que ficou parado (sem análise) devido à incerteza quanto a aprovação e liberação de recursos junto ao Incra, provenientes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O recurso só foi empenhado em finais de 2017 e a partir de então é que o projeto de curso foi retomado e posto novamente à análise da Pró-reitoria de graduação (Prograd).

Essa proposta foi protocolada junto ao Incra sob nº de Processo 54400.000238/2016-27 e na direção de executarmos a proposta que estamos viabilizando a reabertura do processo 23101.000200/2016-03 Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social/Pronera para análise e aprovação e a criação do curso. Esclarecemos que o mesmo será financiado conforme o Termo de Execução Descentralizada (TED), recurso destinado para 60 vagas.

O Termo de Execução Descentralizada (TED) n. 09 foi publicado no DOU de 07 de dezembro de 2017 - Seção 3 - página 1 - firmado entre as instituições federais UFT e INCRA, para execução do projeto de Curso de Graduação de Serviço Social, no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera.

Com o curso de Serviço Social será materializado o compromisso da UFT frente aos movimentos sociais e demais comunidades rurais. Para atender as demandas postas para o curso, destacamos que os custos para a realização do curso serão financiados pelo TED como já foi citado e conforme o plano de trabalho detalhando o desembolso por parte do Incra destinado aos cursos mantidos pelo Pronera.

Em relação as atividades de estágio obrigatório previsto nos 5º, 6º. e 7º. período a serem realizadas pelos alunos, também terão as custas pelo mesmo convênio e os trâmites previstos

na legislação vigente no que se refere ao pagamento de seguros aos alunos em período de estágio.

Deste modo, as metas e etapas existentes no projeto básico (Plano de Trabalho) serão de total responsabilidade da IFES, a responsabilidade da execução didática e pedagógica do objeto no campus da Universidade Federal do Tocantins, campus de Miracema.

Professor Dr. André Luiz Augusto da Silva
Diretor do Campus de Miracema

1 – Contexto Institucional

1.1 Histórico da Universidade Federal do Tocantins¹

A Universidade Federal do Tocantins (UFT) foi instituída em 23 de outubro de 2000 pela Lei nº 10.032 a partir da transferência dos cursos e da infraestrutura da Universidade do Tocantins (Unitins), mantida pelo Estado do Tocantins.

Embora tenha sido criada no ano 2000, a UFT só teve sua implantação efetiva em maio de 2003, com a posse dos primeiros professores da Instituição.

Em 18 de abril de 2001 foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo então Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de nº 717/2001. Esta comissão teve entre seus objetivos elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, em 2002 uma nova etapa foi iniciada. Para esta nova fase, foi assinado o Decreto nº 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias à implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor doutor Lauro Morhy, na época reitor da UnB, para o cargo de reitor *pro tempore* da UFT.

Em 17 de julho do mesmo ano foi firmado o Acordo de Cooperação nº 01/2002 entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de encaminhamentos jurídicos e burocráticos, além dos procedimentos estratégicos que estabeleciam funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse dos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de câmpus da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicada uma nova comissão de implantação pelo ministro Cristovam Buarque. Na ocasião, foi convidado para reitor *pro tempore* o professor Dr. Sergio Paulo Moreyra, professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e assessor do Ministério da Educação. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da

¹ Texto disponível em: <http://ww2.uft.edu.br/index.php/acessoainformacao/institucional/historia>

Portaria nº 02, de 19 de agosto de 2003, o professor mestre Zezuca Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Esta comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto e do Regimento Geral da UFT, e o processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins (Unitins), que foram submetidos ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Foram criadas as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. A comissão ainda preparou e coordenou a realização da primeira consulta acadêmica para reitor e vice-reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi escolhido como reitor o professor Alan Barbiero.

No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores: o Conselho Universitário (Consuni) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe).

Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à escolha de reitor e vice-reitor, conforme as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 9.192/95, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice. Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins (Unitins). Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos de graduação e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela Unitins, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de equipamentos e da estrutura física dos sete câmpus, incluindo prédios em construção.

Pioneirismo

A UFT foi a primeira universidade brasileira a estabelecer cotas para estudantes indígenas em seus processos seletivos. A reserva de vagas foi instituída desde o primeiro vestibular da Instituição, realizado em 2004.

Além disso, a Universidade tem o curso de Engenharia Ambiental mais antigo do país, com ingresso de alunos desde 1992, e o primeiro curso de mestrado ofertado no estado do Tocantins, o mestrado em Ciências do Ambiente (Ciamb), aprovado pela Capes em 2002.

O processo de criação e implantação da UFT representa uma grande conquista para o povo tocaninense e a Universidade não para de crescer, tendo passado de cerca de 8 mil alunos e 25 cursos de graduação, em 2003, para mais de 20 mil alunos, em 57 cursos de graduação e 30 programas de pós-graduação nos seus primeiros 13 anos de existência.

1.2. A UFT no Contexto Regional e Local

O Tocantins se caracteriza por ser um Estado multicultural. O caráter heterogêneo de sua população coloca para a UFT o desafio de promover práticas educativas que promovam o ser humano e que elevem o nível de vida de sua população. A inserção da UFT nesse contexto se dá por meio dos seus diversos cursos de graduação, programas de pós-graduação, em nível de mestrado, doutorado e cursos de especialização integrados a projetos de pesquisa e extensão que, de forma indissociável, propiciam a formação de profissionais e produzem conhecimentos que contribuem para a transformação e desenvolvimento do estado do Tocantins.

Os investimentos em ensino, pesquisa e extensão na UFT buscam estabelecer uma sintonia com as especificidades do Estado demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta Universidade para com a sociedade em que está inserida. Dentre as diversas áreas estratégicas contempladas pelos projetos da UFT, merecem destaque às relacionadas a seguir:

As diversas formas de territorialidades no Tocantins merecem ser conhecidas. As ocupações do estado pelos indígenas, afro-descendentes, entre outros grupos, fazem parte dos objetos de pesquisa. Os estudos realizados revelam as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões da territorialidade como princípio para um ideal de integração e desenvolvimento local.

A riqueza e a diversidade proporcionada pela proximidade com a região Amazônica, os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas merecem destaque, nesse sentido que a UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins – Cerrado, Floresta Amazônica, Pantanal e Caatinga, que caracterizam o Estado como uma região de ecótonos.

Outra característica do Tocantins é sua população bastante heterogênea que agrupa uma variedade de povos indígenas, quilombolas, ou seja, uma significativa população rural. A UFT tem, portanto, o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade no Estado, oferecendo uma educação contextualizada e inclusiva. Nesse aspecto a Universidade tem desenvolvido ações voltadas para a educação indígena, educação rural e de jovens e adultos, por meio da educação escolar regular na formação de profissionais e educadores que atuam nos sistemas e redes de ensino nas escolas do Estado do Tocantins e estados circunvizinhos.

1.3. Missão Institucional²

Missão

Formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal.

Visão

Ser reconhecida nacionalmente até 2022, pela excelência no ensino, pesquisa e extensão.

Valores

Para a promoção da missão a UFT declara e promove os seguintes valores.

- Respeito à vida e à diversidade
- Transparência
- Comprometimento com a qualidade
- Criatividade e inovação
- Responsabilidade social
- Equidade

1.4. Estrutura Organizacional

Conforme alterações do Estatuto da Universidade Federal do Tocantins, pela resolução nº 16 de 19 de novembro de 2015, a Estrutura Organizacional, Instâncias de Decisão e Organograma Institucional e Acadêmico da UFT são os seguintes.

Segundo o Art. 8º do Estatuto Fundação Universidade Federal do Tocantins são órgãos da Administração Superior:

- I - Assembleia Universitária;

² Texto disponível em: <http://ww2.uft.edu.br/index.php/pdi/missao-visao-e-valores>

II - Conselho Universitário;

III - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

IV - Reitoria;

V - Conselho de Desenvolvimento da UFT (CONDUFT).

I - Assembleia Universitária

Art. 9º. A Assembleia Universitária será constituída:

I - pelos membros do corpo docente;

II - pelos membros do corpo discente;

III - pelos membros do corpo técnico-administrativo.

Parágrafo Único. A Assembleia Universitária será dirigida por uma mesa diretora presidida pelo Reitor.

II - Conselho Universitário

Art. 12. O Conselho Universitário é o órgão deliberativo supremo da Universidade, destinado a traçar a política universitária e a atuar como instância de deliberação superior e de recurso.

O Conselho Universitário será constituído pelo:

I – Reitor, que será seu presidente;

II – Vice-reitor;

III – Pró-reitores;

IV – Diretores de Câmpus;

V – 04 (quatro) representantes da comunidade docente;

VI – 15% (quinze por cento) de discentes tendo como referência a representação docente;

VII – 15% (quinze por cento) de técnico-administrativos tendo como referência a representação docente.

III - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

Art. 15. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) é o órgão deliberativo da Universidade em matéria didático-científica.

Parágrafo Único - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão tem a seguinte constituição:

I - Reitor, que será seu Presidente;

II – Vice-reitor;

III – Pró-reitores;

IV - Coordenadores de cursos de graduação presencial e a distância e de pós-graduação *stricto sensu*;

V – 02 (dois) representantes da categoria docente;

VI - 15% (quinze por cento) de discentes tendo como referência a representação docente;

VII - 15% (quinze por cento) de técnicos administrativos tendo como referência a representação docente.

IV - Reitoria

Art. 17. A Reitoria, exercida pelo Reitor, é o órgão de poder executivo, de coordenação, de fiscalização e de superintendência das atividades universitárias, tendo a seguinte composição:

I - Gabinete do Reitor;

II - Gabinete do Vice-reitor;

III - Pró-reitorias;

IV - Procuradoria Jurídica;

V – Assessorias Especiais;

VI – Diretorias;

VII – Prefeitura Universitária;

VIII – Copese;

IX – Hospitais Universitários;

X – Institutos;

XI – Fundação de Pesquisa;

X – Editora Universitária;

Parágrafo Único - O Regimento Geral da Universidade disporá sobre a estrutura e a competência dos setores que compõem a Reitoria.

V - Conselho de Desenvolvimento da UFT (CONDUFT)

Art. 22 - O Conselho de Desenvolvimento da UFT é um órgão consultivo da Universidade, que tem por finalidade estabelecer uma relação de parceria com a sociedade e promover o desenvolvimento da UFT e do Estado do Tocantins.

Parágrafo Único - O Conselho de Desenvolvimento da UFT tem a seguinte constituição:

I - o Reitor, que será seu presidente;

II - um representante do setor industrial do Estado do Tocantins;

III - um representante do setor de comércio e serviços;

IV - um representante agropecuário do Estado;

V - um representante das pequenas e microempresas;

VI - um representante da imprensa;

VII - um representante do Governo do Estado;

VIII - um representante do Legislativo do Tocantins;

IX - um representante do Sindicato dos Trabalhadores;

X - um representante do fórum dos movimentos sociais;

XI - um representante dos discentes;

XII - um representante dos docentes;

XIII - um representante dos técnico-administrativos. (NR)

Art. 23 - O Conselho de Desenvolvimento da UFT se reunirá ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente quando convocado pelo Reitor.

A UFT possui na sua estrutura sete unidades Universitárias denominadas de campus, que conforme o Art. 24 do Estatuto, obedecerão as normas fixadas no Regimento Geral da Universidade e nos seus próprios regimentos.

O Art. 25 cita que o terá como órgão deliberativo um Conselho Diretor, formado:

I - pelo Diretor do Câmpus, seu presidente;

II – Vice-Diretor;

III – pelos Coordenadores de cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*;

IV – 15% (quinze por cento) de discentes tendo como referência a representação docente;

V - 15% (quinze por cento) de servidores técnico-administrativos tendo como referência a representação docente;

§1º O Conselho Diretor do Câmpus, a seu critério poderá seguir a mesma normativa do Consepe no que se refere a sua composição.

Segundo o Regimento da Universidade (art. 26) o Conselho do Diretor é o órgão dos *campi* com funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa.

Órgãos colegiados: competências e composição

Compete ao Conselho Universitário:

I - Formular a política da Universidade;

II – julgar, como instância revisora, os recursos de decisões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; III - Aprovar e reformar o Regimento dos órgãos deliberativos da Administração;

IV - Propor a reforma deste Regimento Geral e do Estatuto da Universidade;

V - Aprovar os regimentos da Reitoria e das Unidades;

VI - Encaminhar o nome do reitor e do vice-reitor eleito ao Presidente da República para nomeação;

- VII - Deliberar, em parecer fundamentado, diretamente ou quando solicitado por Colegiado do Campus, a destituição do Diretor do Câmpus;
- VIII - Aprovar a proposta orçamentária da Universidade e submetê-la à aprovação do Conselho Diretor da Fundação;
- IX - Aprovar a prestação de contas anual do Reitor para aprovação do Conselho Diretor da Fundação;
- X - Aprovar normas sobre acordos e convênios com órgãos do poder público ou entidades de caráter privado;
- XI - Apurar responsabilidades, com base na Lei, no Estatuto e neste Regimento; XII - aprovar prêmios pecuniários ou honoríficos como recompensa de atividades universitárias;
- XIII - Decidir, após inquérito administrativo, a intervenção em qualquer órgão universitário;
- XIV - Deliberar sobre suspensão temporária, total ou parcial de atividades universitárias;
- XV - Dispor sobre os símbolos da Universidade;
- XVI - outorgar a concessão de diploma de Doutor e Professor “*Honoris Causa*” e do título de Professor Emérito;
- XVII - Aprovar o Plano Anual de Atividades e o Calendário da Universidade. Parágrafo Único - As decisões a que se referem os incisos III, IV, VII, XIV e XV dependerão do voto de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Universitário.

Compete ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

- I - Julgar recursos de decisão da Reitoria dos Câmpus e das Coordenações de Cursos em matéria didático-científica;
- II - Estabelecer normas sobre a organização e funcionamento dos cursos de graduação e pós-graduação;
- III - Baixar normas que visem o aperfeiçoamento dos processos utilizados no concurso vestibular, bem como os de verificação da aprendizagem nos cursos da Universidade;
- IV - Aprovar a criação, transformação e supressão de cursos, modificação de currículo, fusão, desdobramento e extinção de disciplinas;
- V - Dispor sobre a aplicação dos Fundos Especiais de Pesquisa e Extensão;
- VI - Propor a concessão de diploma de Doutor “*Honoris Causa*”.

Compete aos Colegiados de Curso

- I - Propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a organização curricular dos cursos correspondentes, estabelecendo o elenco, o conteúdo e a sequência das disciplinas que o formam, com os respectivos créditos;
- II - Propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, respeitada a legislação vigente e o número de vagas a oferecer, o ingresso nos respectivos cursos;
- III - Estabelecer normas para o desempenho dos professores orientadores para fins de matrícula;
- IV - Opinar sobre os processos de verificação do aproveitamento adotados nas disciplinas que participem da formação dos cursos sob sua responsabilidade;
- V - Fiscalizar o desempenho do ensino das disciplinas que se incluam na organização curricular do curso coordenado;
- VI - Conceder dispensa, adaptação, cancelamento de matrícula, trancamento ou adiantamento de inscrição e mudança de curso mediante requerimento dos interessados, reconhecendo, total ou parcialmente, cursos ou disciplinas já cursados com aproveitamento pelo requerente;
- VII - Estudar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre matéria de sua competência;
- VIII - Decidir os casos concretos, aplicando as normas estabelecidas;
- IX - Propugnar para que os cursos sob sua supervisão se mantenham atualizados;
- X - Eleger o Coordenador e o Coordenador Substituto;
- XI - Coordenar e supervisionar as atividades de estágio necessárias à formação profissional dos cursos sob sua orientação.

Órgãos de apoio às atividades acadêmicas

Reitoria

A Reitoria, órgão executivo máximo da Administração Superior da Universidade Federal do Tocantins, executa a política universitária definida pelos órgãos deliberativos. Compete a Reitoria planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar todas as atividades da Universidade.

Vice-Reitoria

Além das atribuições estatutárias e regimentais, o vice-reitor é o substituto do Reitor nas suas faltas e impedimentos. Ele tem atribuições permanentes no âmbito da Administração Superior da Universidade, definidas pelo Reitor, bem como atribuições delegadas. Seu cargo é exercido em regime de dedicação exclusiva.

Gabinete do Reitor

O Gabinete é o órgão executivo que presta assessoria direta à Reitoria. Entre suas atribuições, transmite determinações e recomendações do Reitor, no âmbito da Universidade; presta assistência à Reitoria nos relacionamentos institucionais e administrativos.

Pró-Reitorias

São sete Pró-Reitorias, a saber:

1. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – Proest
2. Pró-Reitoria de Graduação – Prograd
3. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – Propesq
4. Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários – Proex
5. Pró-Reitoria de Administração e Finanças – Proad
6. Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento – Proap
7. Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas - Progedep

Pró-Reitoria de Graduação – Prograd

A Pró-Reitoria de Graduação coordena e acompanha a execução das ações relativas à política de graduação da UFT, definida pelo Conselho Universitário, atuando em toda a vida acadêmica dos estudantes (matrícula, ajustes, notas e emissão dos diplomas).

Diretorias que compõem a Prograd: Diretoria de Desenvolvimento e Regulação da Graduação, Diretoria de Controle e Registro Acadêmico, e Diretoria de Programas Especiais em Educação.

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – Propesq

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação tem como funções incentivar a pesquisa, através de execução de políticas definidas pelos conselhos superiores, planejar, coordenar e supervisionar as atividades de pós-graduação.

Diretorias: Diretoria de Pós-Graduação e Diretoria de Pesquisa.

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – Proex

A Pró-Reitoria de Extensão tem por finalidade articular e apoiar a execução da política de extensão da UFT, buscando uma integração mais efetiva da realidade social com as atividades realizadas na Universidade.

Diretorias: Diretoria de Cultura, Diretoria de Extensão e Diretoria de Projetos.

Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento – Proap

A Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento compete auxiliar o reitor em suas tarefas executivas na área de planejamento e avaliação institucional, de gestão orçamentária.

Diretorias: Diretoria de Avaliação, Diretoria de Planejamento e Diretoria de Gestão Orçamentária.

Pró-Reitoria de Administração e Finanças – Proad

A Pró-Reitoria de Administração e Finanças compete coordenar, fiscalizar, supervisionar e dirigir as atividades administrativas, além de zelar pela execução financeira e orçamentária. Além disso, a Pró-Reitoria executa a política de desenvolvimento humano da Universidade.

Diretorias: Diretoria de Contabilidade e Finanças, e Diretoria Administrativa.

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – Proest

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis compete a assistência ao estudante. Nesta Pró-Reitoria são elaborados os projetos de apoio ao aluno da UFT, iniciativas que visam a manutenção do aluno na Universidade.

Diretorias: Diretoria de Assuntos Estudantis, Diretoria de Esportes e Diretoria de Assuntos Comunitários.

Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – Progedep

A Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas visa a promoção de um ambiente de trabalho equilibrado e sustentável por meio da proposição e implementação de políticas coordenadas e estratégicas integrando ações de formação, desenvolvimento e valorização dos servidores, buscando o equilíbrio entre os objetivos individuais e da instituição. Fomenta o desenvolvimento do servidor, visando a melhoria do desempenho em suas funções e compromissos para com a Universidade, desenvolvendo sua capacidade reflexiva e crítica, estimulando o exercício pleno de cidadania e o consequente comprometimento com a missão da Instituição no contexto do ensino, da pesquisa, da extensão e da administração.

Diretorias: Diretoria de Gestão de Pessoas (DPG), Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas e Organizacional (DDP), Diretoria de Qualidade de Vida e Saúde (DQVT).

Órgãos complementares

Prefeitura Universitária – PU

É o órgão executivo responsável por gerenciar, coordenar e fiscalizar os serviços de vigilância, limpeza e paisagismo, bem como pela gestão dos serviços de ampliação, conservação, recuperação e manutenção das instalações físicas no âmbito da Universidade.

Diretoria de Comunicação – Dicom

Órgão de assessoria vinculado diretamente à Reitoria é a Diretoria de Comunicação é responsável pela assessoria de imprensa e, auxílio aos setores da Universidade na divulgação interna e externa de suas notícias.

Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI

Órgão de assessoria vinculado diretamente à Reitor e responsável pelo planejamento e desenvolvimento de soluções tecnológicas para o funcionamento da UFT.

Diretoria de Tecnologias Educacionais – DTE

Unidade responsável pela Coordenação do sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB) na Universidade, no desenvolvimento da modalidade de educação à distância na Universidade em cursos de graduação, pós-graduação e cursos de extensão e aperfeiçoamento.

Diretoria de Assuntos Internacionais – DAI

A Diretoria de Assuntos Internacionais atua na elaboração de acordos internacionais mantidos pela UFT e na orientação de alunos e professores que buscam oportunidades de intercâmbio acadêmico e estudos no exterior.

Diretoria de Acessibilidade e Educação Inclusiva

Responsável por propor, coordenar e apoiar a execução da política institucional de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiência na Universidade, sob a ótica dos direitos humanos.

Ouvidoria

A Ouvidoria é um instrumento voltado para promover a participação popular, a transparência e a eficiência no serviço público. É o canal pelo qual você cidadão, membro ou não da comunidade UFT, pode solicitar informações sobre a Universidade que por ventura não estejam disponíveis, fazer perguntas e se manifestar sobre as ações da instituição por meio de críticas, denúncias, elogios, reclamações ou sugestões.

Copese

A Comissão Permanente de Seleção (Copese) é o órgão responsável pelos processos seletivos da UFT, como os Vestibulares e os concursos internos de seleção, e também organiza processos seletivos externos para prefeituras e outras instituições.

Comissão Própria de Avaliação – CPA

Órgão de representação acadêmica e social permanente responsável pelo processo de avaliação interna institucional da Universidade. Sua finalidade é implementar o processo de autoavaliação (avaliação interna) em caráter institucional e coordená-lo de acordo com as diretrizes, critérios e estratégias estabelecidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e em consonância com as diretrizes internas, os princípios e critérios definidos pela Universidade, respeitando as especificidades de suas atividades e sua missão institucional.

2. Contextualização do Curso

2.1. Dados do Curso:

Nome do Curso: Serviço Social/Pronera.

Grau acadêmico: Graduação em Serviço Social (Bacharelado) de estudantes das áreas de Reforma Agrária. Essa será uma graduação que formará assistentes sociais, provenientes de assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária.

Modalidade do Curso: presencial em regime da pedagogia da alternância (ver metodologia).

Endereço do curso: Avenida Lourdes Solino, s/n – Setor Universitário. Miracema do Tocantins Universidade Federal do Tocantins – Campus Miracema CNPJ n.º 05.149.726/0001-04. Fone de contato: 63 3366-8639

Número de vagas: Uma (01) turma especial, 60 vagas.

Turno de funcionamento: integral na modalidade da pedagogia da alternância.

Integralização do curso: O curso de Serviço Social/Pronera possui uma carga horária total de 3.240 horas, o que equivale a um total de 216 créditos.

Limite (em semestres letivos) mínimo: 4 anos (8 semestres letivos)

Limite (em semestres letivos) máximo: 5 anos (10 semestres letivos)

2.2. Diretor do Campus:

Prof. Dr. André Luiz Augusto da Silva

2.3. Coordenadora do Curso:

Dra. Maria Helena Cariaga Silva

2.4. Relação Nominal dos membros do Colegiado de Curso:

Quadro 1: Relação nominal, titularidade, data de início de vínculo efetivo e jornada de trabalho do corpo docente na UFT

Nome	Titularidade	Data de vínculo com a UFT	Regime de Trabalho
André Luiz Augusto da Silva	Doutor em Serviço Social	23/03/2010	DE
Carlos Mendes Rosa	Doutor em Psicologia	15/05/2015	DE
Débora Bolzan	Doutoranda em Política Social	20/05/2015	DE
João Nunes da Silva	Doutor em Comunicação e Cultura	04/11/2013	DE
Josenice Ferreira dos Santos Araújo	Doutoranda em Política Social	10/02/2011	DE
Rhuena Kelber Abrão	Doutor em Educação	29/04/2015	DE
Layanna Giordana Bernardo Lima	Doutora em Geografia Humana	04/08/2010	DE
Maria Helena Cariaga	Doutora em Serviço Social	24/07/2008	DE
Maria José Antunes da Silva	Doutoranda em Política Social	23/03/2010	DE
Mariléa Borges de Lima Salvador	Doutoranda em Serviço Social	07/10/2004	DE
Raquel Sabará de Freitas	Doutoranda em Política Social	08/10/2013	DE
Rosemary Negreiros de Araújo	Doutora em Geografia	21/09/2006	DE
Rosemeire dos Santos	Doutora em Serviço Social	20/05/2015	DE
Silvia Regina da Silva Costa	Doutoranda em Artes	17/02/2011	DE
Vanda Micheli Burginski	Doutora em Política Social	16/07/2008	DE

2.5. Comissão de elaboração do PPC:

Profº Dr. André Luiz Augusto da Silva

Profª Ms. Josenice Ferreira de Araújo

Profª Drª Maria Helena Cariaga Silva

Profª Ms. Maria José Antunes da Silva

Profª Ms. Raquel Sabará de Freitas

Profa. Dra. Vanda Micheli Burginski

Coordenador do MST Antônio Marcos Nunes Bandeira

2.6. Histórico do curso: sua criação e trajetória

O Serviço Social foi implementado no Brasil como curso de formação superior no final da década de 1930, com a criação da primeira escola de Serviço Social em 1936 em São Paulo.

Na região Norte, as primeiras escolas de Serviço Social são criadas na década de 1950, a primeira no estado do Amazonas e a segunda no estado do Pará. Ambas são reconhecidas enquanto curso de nível superior apenas na década de 1960. Enquanto escolas públicas permaneceram apenas essas duas experiências até a criação do curso de Serviço Social no estado do Tocantins na UFT, em 2006. Portanto, trata-se atualmente de três escolas públicas na região norte que tem oferecido o curso de Serviço Social.

Em relação às escolas privadas na região norte, na década de 1980, houve um investimento maciço na formação dos assistentes sociais através de escolas privadas, iniciado no Estado do Pará pela UNAMA – Universidade do Amazonas, e seguido pelo Amapá através do IMMES – Instituto Macapaense de Ensino Superior. No estado de Tocantins, a formação do assistente social também tem sido orientada pela lógica da privatização do ensino superior.

Inserido em um contexto de crescente privatização do ensino de graduação, pela proliferação da modalidade ensino à distância, o curso de Serviço Social da UFT vem contrapor essa lógica, comprometendo-se na defesa do ensino superior público e de qualidade, bem como, não considera na formação dos assistentes sociais apenas as particularidades de uma região do país, procurando apreender o cenário internacional, latino-americano, nacional e regional das necessidades humanas, que são fundamentais para construir alternativas de intervenção profissional comprometida com a construção de uma sociedade igualitária, que está contido no projeto ético-político profissional.

Diante desse cenário, a implantação do curso de Serviço Social na UFT vem reforçar a concepção de ensino superior de qualidade e público, atendendo a uma demanda de formação de assistentes sociais na Região Norte, bem como, também terá o compromisso com a capacitação constante de profissionais graduados que se encontram atuando profissionalmente em todo o estado do Tocantins.

Por tratar-se da terceira escola pública a implantar o curso de Serviço Social da região Norte, deve-se ressaltar que essa iniciativa é muito relevante, uma vez que esta região e o estado do Tocantins possuem uma carência de profissionais de Serviço Social. Portanto, a formação profissional também deverá levar em consideração a análise da conjuntura sócio-econômica e política internacional, nacional, regional e local, bem como considerar as estreitas relações do estado do Tocantins com as regiões Norte e Centro-oeste.

Uma peculiaridade importante no estado do Tocantins, trata-se das características rurais diferenciadas da média nacional que conta com uma população rural bem menor que na região de desenvolvimento do Projeto Pronera. Conforme pode ser observada na Tabela 1, que se refere ao índice da população rural dos municípios com até 20 mil habitantes, onde a soma dessa população atinge a marca de 35,04%.

As cidades que possuem população de até 20 mil habitantes correspondem a 92,8% do total de municípios e abrigam 51% da população, e é nesses municípios que se encontram a população demandatária do projeto.

Tabela 1: CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR PORTE E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO

Classificação dos Municípios	Total de Municípios	População total	População rural	% rural	População urbana	% urbana
Pequenos I (até 20.000 hab.)	129	705.641	247.235	35,04	458.406	64,96
Pequenos II (de 20.001 a 50.000 hab.)	7	222.233	30.204	13,59	192.029	86,41
Médios (50.001 a 100.000 hab.)	01	76.755	1.755	2,29	75.000	97,71
Grandes (100.001 a 900.000 hab.)	02	378.816	14.149	3,74	364.667	96,26
Total	139	1.383.445	293.343	21,20	1.090.102	78,80

Fonte: SEPLAN/TO – Indicadores Socioeconômicos 2011; IBGE/Censo Demográfico 2010.

Conformado numa área territorial de 277.620,9 km², o Estado do Tocantins foi inserido na Região Norte por sua homogeneidade à mesma no que diz respeito às suas características físicas, econômicas e humanas e conforme demonstra o Mapa 1, ele faz divisa com os estados do Maranhão a nordeste, do Piauí a leste, da Bahia a sudeste, de Goiás a sul, de Mato Grosso a sudoeste e do Pará a noroeste. Esta área territorial do Tocantins corresponde a 7,2% da área da Região Norte, a 5,4% da Amazônia Legal e a 3,3% da área total do Brasil, sendo que a Região Norte equivale a 45,2% da área total do Brasil e a Amazônia Legal a 61%.

Tabela 2: DIMENSÕES TERRITORIAIS DO ESTADO DO TOCANTINS

	Tocantins	Região Norte	Amazônia Legal	Brasil
Área (km²)	277.620,900	3.853.327,229	5.217.423,000	8.514.876,599
Porcentual do Tocantins em relação:		7,2	5,4	3,3

Fonte: SEPLAN-TO/Atlas do Tocantins 2008; IBGE.

Nessa dimensão territorial, o Estado do Tocantins sempre tem incorporado um grande contingente populacional década após década, tanto pelo incremento vegetativo quanto por aquele oriundo de migração, mesmo desde antes de se constituir enquanto Estado, ainda pertencente ao território goiano.

Conforme dados do II PNERA (2015), no Estado do Tocantins ainda não tem nenhum curso de nível superior ofertado aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, o que evidencia uma demanda reprimida que necessita ser atendida. Vale ressaltar que é no campo que as desigualdades sociais se acirram, com uma vasta concentração de renda da terra para os latifundiários e um grande contingente de população pobre, conforme dados do IBGE 2010 da população brasileira que reside em áreas rurais, entre as pessoas em extrema pobreza elas representam quase a metade (46,7%).

Conforme, dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica 2012, no Tocantins, na zona rural tem 386.809 em idade escolar, a taxa de analfabetismo é 13,01% de pessoas com 15 anos de idade ou mais, esses dados também demonstram o quanto é necessário os investimentos em educação para a população da zona rural.

Conforme dados da Seagro (2015), o estado do Tocantins conta com 540 assentamentos da reforma agrária, neles moram 42 mil famílias que são responsáveis pela produção de alimentos como farinha, arroz, leite, frutas, carnes (frango, suíno e bovino) e frutas, e essa produção é deveras importante para a produção de alimentos, e, esses trabalhadores e trabalhadoras

precisam ter condições de acesso à educação, a fim de fortalecer seu pleno desenvolvimento.

Por fim, **salientamos que o Bacharelado em Serviço Social na modalidade Pronera vêm se consolidando no Brasil**, haja vista, as duas experiências de implantação do curso nas universidades públicas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ em fase de finalização e da Universidade Estadual do Ceará – UECE, com a quais mantivemos contatos e parcerias, o que contribuiu com a elaboração deste PPC da UFT.

3 – Bases Conceituais do Projeto Pedagógico Institucional³

Algumas tendências contemporâneas orientam o pensar sobre o papel e a função da educação no processo de fortalecimento de uma sociedade mais justa, humanitária e igualitária. A primeira tendência diz respeito às aprendizagens que devem orientar o ensino superior no sentido de serem significativas para a atuação profissional do formando.

A segunda tendência está inserida na necessidade efetiva da interdisciplinaridade, problematização, contextualização e relacionamento do conhecimento com formas de pensar o mundo e a sociedade na perspectiva da participação, da cidadania e do processo de decisão coletivo. A terceira fundamenta-se na ética e na política como bases fundamentais da ação humana. A quarta tendência trata diretamente do ensino superior cujo processo deverá se desenvolver no aluno como sujeito de sua própria aprendizagem, o que requer a adoção de tecnologias e procedimentos adequados a esse aluno para que se torne atuante no seu processo de aprendizagem. Isso nos leva a pensar o que é o ensino superior, o que é a aprendizagem e como ela acontece nessa atual perspectiva.

A última tendência diz respeito à transformação do conhecimento em tecnologia acessível e passível de apropriação pela população. Essas tendências são as verdadeiras questões a serem assumidas pela comunidade universitária em sua prática pedagógica, uma vez que qualquer discurso efetiva-se de fato através da prática. É também essa prática, esse fazer cotidiano de professores de alunos e gestores que darão sentido às premissas acima, e assim se efetivarão em mudanças nos processos de ensino e aprendizagem, melhorando a qualidade dos cursos e criando a identidade institucional.

³ Texto retirado do Roteiro de Elaboração de Projeto Político Pedagógico, elaborado pela Pró-reitoria de Graduação da UFT – PROGRAD, conforme orientação para elaboração de projetos pedagógicos para os cursos da UFT.

Pensar as políticas de graduação para a UFT requer clareza de que as variáveis inerentes ao processo de ensino-aprendizagem no interior de uma instituição educativa, vinculada a um sistema educacional, é parte integrante do sistema sócio-político-cultural e econômico do país. Esses sistemas, por meio de articulação dialética, possuem seus valores, direções, opções, preferências, prioridades que se traduzem, e se impõem, nas normas, leis, decretos, burocracias, ministérios e secretarias. Nesse sentido, a despeito do esforço para superar a dicotomia quantidade x qualidade, acaba ocorrendo no interior da Universidade a predominância dos aspectos quantitativos sobre os qualitativos, visto que a qualidade necessária e exigida não deixa de sofrer as influências de um conjunto de determinantes que configuram os instrumentos da educação formal e informal e o perfil do alunado.

As políticas de Graduação da UFT devem estar articuladas às mudanças exigidas das instituições de ensino superior dentro do cenário mundial, do país e da região amazônica. Devem demonstrar uma nova postura que considere as expectativas e demandas da sociedade e do mundo do trabalho, concebendo Projetos Pedagógicos com currículos mais dinâmicos, flexíveis, adequados e atualizados, que coloquem em movimento as diversas propostas e ações para a formação do cidadão capaz de atuar com autonomia. Nessa perspectiva, a lógica que pauta a qualidade como tema gerador da proposta para o ensino da graduação na UFT tem, pois, por finalidade a construção de um processo educativo coletivo, objetivado pela articulação de ações voltadas para a formação técnica, política, social e cultural dos seus alunos.

Nessa linha de pensamento, torna-se indispensável à interação da Universidade com a comunidade interna e externa, com os demais níveis de ensino e os segmentos organizados da sociedade civil, como expressão da qualidade social desejada para a formação do cidadão. Nesse sentido, os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) da UFT deverão estar pautados em diretrizes que contemplem a permeabilidade às transformações, a interdisciplinaridade, a formação integrada à realidade social, a necessidade da educação continuada, a articulação teoria– prática e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Deverão, pois, ter como referencial:

- a democracia como pilar principal da organização universitária, seja no processo de gestão ou nas ações cotidianas de ensino;
- o deslocamento do foco do ensino para a aprendizagem (articulação do processo de ensino aprendizagem) re-significando o papel do aluno, na medida em que ele não é um mero receptor de conhecimentos prontos e descontextualizados, mas sujeito ativo do seu processo de aprendizagem;

- o futuro como referencial da proposta curricular – tanto no que se refere a ensinar como nos métodos a serem adotados. O desafio a ser enfrentado será o da superação da concepção de ensino como transmissão de conhecimentos existentes. Mais que dominar o conhecimento do passado, o aluno deve estar preparado para pensar questões com as quais lida no presente e poderá defrontar-se no futuro, deve estar apto a compreender o presente e a responder a questões prementes que se interporão a ele, no presente e no futuro;
- a superação da dicotomia entre dimensões técnicas e dimensões humanas integrando ambas em uma formação integral do aluno;
- a formação de um cidadão e profissional de nível superior que resgate a importância das dimensões sociais de um exercício profissional. Formar, por isso, o cidadão para viver em sociedade;
- a aprendizagem como produtora do ensino; o processo deve ser organizado em torno das necessidades de aprendizagem e não somente naquilo que o professor julga saber;
- a transformação do conhecimento existente em capacidade de atuar. É preciso ter claro que a informação existente precisa ser transformada em conhecimento significativo e capaz de ser transformada em aptidões, em capacidade de atuar produzindo conhecimento;
- o desenvolvimento das capacidades dos alunos para atendimento das necessidades sociais nos diferentes campos profissionais e não apenas demandas de mercado;
- o ensino para as diversas possibilidades de atuação com vistas à formação de um profissional empreendedor capaz de projetar a própria vida futura, observando-se que as demandas do mercado não correspondem, necessariamente, às necessidades sociais.

3.1. Fundamentos do Projeto Pedagógico dos Cursos da UFT⁴

No ano de 2006, a UFT realizou o seu I Fórum de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (FEPEC), no qual foi apontado como uma das questões relevantes as dificuldades relativas ao processo de formação e ensino-aprendizagem efetivados em vários cursos e a necessidade de se efetivar no seio da Universidade um debate sobre a concepção e organização didático-pedagógica dos projetos pedagógicos dos cursos.

Nesse sentido, este Projeto Pedagógico objetiva promover uma formação ao estudante com ênfase no exercício da cidadania; adequar a organização curricular dos cursos de graduação

⁴ Texto retirado do Roteiro de Elaboração de Projeto Político Pedagógico, elaborado pela Pró-reitoria de Graduação da UFT – PROGRAD.

às novas demandas do mundo do trabalho por meio do desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à atuação, profissional, independentemente da área de formação; estabelecer os processos de ensino-aprendizagem centrados no estudante com vistas a desenvolver autonomia de aprendizagem, reduzindo o número de horas em sala de aula e aumentando as atividades de aprendizado orientadas; e, finalmente, adotar práticas didático-pedagógicas integradoras, interdisciplinares e comprometidas com a inovação, a fim de otimizar o trabalho dos docentes nas atividades de graduação.

A abordagem proposta permite simplificar processos de mudança de cursos e de trajetórias acadêmicas a fim de propiciar maiores chances de êxito para os estudantes e o melhor aproveitamento de sua vocação acadêmica e profissional. Ressaltamos que o processo de ensino e aprendizagem deseja considerar a atitude coletiva, integrada e investigativa, o que implica a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Reforça não só a importância atribuída à articulação dos componentes curriculares entre si, no semestre e ao longo do curso, mas também sua ligação com as experiências práticas dos educandos.

Este Projeto Pedagógico busca implementar ações de planejamento e ensino, que contemplem o compartilhamento de disciplinas por professores(as) oriundos(as) das diferentes áreas do conhecimento; trânsito constante entre teoria e prática, através da seleção de conteúdos e procedimentos de ensino; eixos articuladores por semestre; professores articuladores dos eixos, para garantir a desejada integração; atuação de uma tutoria no decorrer do ciclo de formação geral para dar suporte ao aluno; utilização de novas tecnologias da informação; recursos áudio-visuais e de plataformas digitais.

4 – Organização Didático-Pedagógica

4.1. Administração Acadêmica

O Diretor de Campus é um docente eleito pela comunidade universitária do próprio campus para exercer as funções previstas no art. 30 do Regimento da UFT, para um período de 2 (dois) anos. O candidato é escolhido dentre os nomes de docentes integrantes da carreira do Magistério Superior.

Conforme o Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins, CAPÍTULO II - Da Administração das Unidades Universitárias:

“Art. 30 - São atribuições do Diretor de Campus, em conformidade com o Regimento Geral da UFT:

- administrar o Campus;
- representar o Campus perante os demais órgãos da Universidade, quando esta apresentação não couber a outro membro do Campus por disposição regimental;
- promover ações tendentes a assegurar coordenação, supervisão e fiscalização sobre todas as atividades do Campus, dentro das disposições legais, estatutárias e regimentais, respeitando-se, ainda, as determinações dos Órgãos Superiores da Universidade;
- convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor de Campus, delas participando com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- integrar o Conselho Universitário;
- encaminhar à Reitoria, em tempo hábil, a proposta orçamentária do Campus;
- apresentar à Reitoria, após conhecimento pelo Conselho Diretor de Campus, anualmente, o relatório das atividades desenvolvidas;
- delegar, dentro dos limites legalmente estabelecidos, atribuições ao seu substituto”.

4.2. Coordenação Acadêmica

O colegiado de curso de Serviço Social/Pronera será composto pelo coordenador geral; coordenador(es) pedagógico(s); professor orientador representantes dos educandos; professores/as, representantes do INCRA; e das entidades representativas dos assentados. O articulador responsável pelo funcionamento do Colegiado é o professor que ocupa a função de coordenador geral do curso.

Quadro 2- Funções e atribuições da equipe pedagógica

Membros	Atribuições
Coordenador geral	Professor da Instituição de Ensino responsável pelo curso.
Coordenador pedagógico	Professor que acompanha o curso em cada etapa nas diferentes modalidades oferecidas, com uma visão do todo, articulando as áreas do conhecimento.
Professor Orientador	Professor que acompanhará os alunos no período do tempo escola e no tempo comunidade, com a atribuição de

	orientação de pesquisas, de elaboração dos relatórios.
Técnicos de apoio	Organização da documentação relativa ao Projeto e colaboração com a coordenação geral e pedagógica na inserção dos alunos nas atividades da Universidade.
Monitores	Um monitor para cada 6 estudantes. Auxiliar na inserção dos educandos nos projetos de Assentamentos, e na realização dos intercâmbios culturais, esses monitores serão acompanhados pelo professor orientador.

Coordenação geral

A coordenação geral é um servidor público, do quadro da instituição que dedicará 80 horas mês, receberá bolsa conforme as instruções da Instrução Normativa nº 75, de Novembro de 2012, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. No projeto: Serviço Social/Pronera terá as seguintes atribuições:

- a) coordenar e acompanhar as atividades administrativas, tomando decisões de caráter gerencial, operacional e logística necessárias para garantir infraestrutura adequada para as atividades do curso;
- b) acompanhar o desenvolvimento da matriz curricular, os conteúdos programáticos de cada disciplina, o desempenho dos alunos, motivando-os ao exercício das atividades pertinentes ao curso e coordenar encontros e reuniões da equipe envolvida na realização das atividades afetas ao curso;
- c) coordenar e acompanhar as atividades administrativas, incluindo: planejamento, seleção dos recursos humanos que estará envolvido, acompanhar a seleção dos alunos do Pronera que participarão do curso de Serviço Social;
- d) acompanhar e coordenar a capacitação e supervisão dos professores e demais profissionais envolvidos nos cursos;
- e) garantir a manutenção das condições materiais e institucionais para o desenvolvimento dos cursos;
- f) coordenar, acompanhar e dinamizar o curso, propiciando ambientes de aprendizagem adequados, bem como mecanismos que assegurem o cumprimento do cronograma e objetivos de cada curso;
- g) acompanhar as atividades e a frequência dos estudantes, realizando diagnóstico quando os estudantes estão em processo de evasão e criando alternativas para a manutenção do aluno;

- h) garantir a constante atualização dos dados cadastrais de todos os bolsistas, inclusive a de seus próprios dados para fins de controle;
- i) garantir que os/as acadêmicos/as tenham acesso ao estágio;
- j) garantir a certificação dos/as acadêmicos/as concluintes;
- i) acompanhar a frequência dos professores, bem como verificar a compatibilidade dos horários.

Coordenação Pedagógica

A coordenação pedagógica será um servidor público, do quadro da instituição, com a formação adequada para exercer a função que dedicará 80 horas mês, receberá bolsas conforme as instruções da Instrução Normativa nº 75, de Novembro de 2012, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e terá as seguintes atribuições:

- a) assessorar o coordenador geral na tomada de decisões de caráter administrativo e logístico que garantam infraestrutura adequada para as atividades;
- b) assessorar o coordenador geral no acompanhamento das atividades administrativas, incluindo: planejamento, seleção dos recursos humanos que atuará nos projetos, seleção dos alunos, e da capacitação e supervisão dos professores e demais profissionais envolvidos nos cursos;
- c) assessorar o coordenador geral no acompanhamento das atividades acadêmicas dos cursos, dos docentes e discentes, bem como monitorar o desenvolvimento dos cursos para identificar eventuais dificuldades para que, em conjunto com o coordenador geral possam adotar e tomar providências cabíveis para sua superação;
- d) acompanhar e dinamizar os cursos, propiciando ambientes de aprendizagem adequados, bem como mecanismos que assegurem o cumprimento do cronograma e objetivos de cada curso;
- e) participar das atividades de capacitação e de atualização, bem como das reuniões e dos encontros;
- f) auxiliar o coordenador geral na atualização dos dados cadastrais de todos os bolsistas, inclusive a de seus próprios dados para fins de controle;
- g) elaborar e encaminhar relatório de frequência dos profissionais envolvidos nos cursos no âmbito do Pronera ao coordenador-geral do curso na instituição, informando-o sobre a os bolsistas aptos e inaptos para recebimento de bolsas;
- h) acompanhar as atividades e a frequência dos estudantes, realizando diagnóstico quando os estudantes estão em processo de evasão e criando alternativas para a manutenção do aluno;

- i) garantir que os/as acadêmicos/as tenham acesso as unidades pedagógica de produção agrária, conforme as necessidades de cada módulo;
- j) garantir registro dos os/as acadêmicos/as nos sistemas adotados pelos MEC/UFT;
- l) substituir o coordenador-geral em seus impedimentos legais e temporários.

Professores Bolsistas

- a) planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las aos alunos dos cursos;
- b) ter sempre atualizado o controle de frequência e desempenho acadêmico dos estudantes para fins de prestação de contas;
- c) adequar conteúdos, materiais didáticos, mídias e bibliografia às necessidades dos alunos participantes dos cursos;
- d) propiciar espaço de acolhimento e debate com os estudantes;
- e) avaliar o desempenho dos estudantes;
- f) realizar acompanhamento das atividades no tempo comunidade das suas respectivas disciplinas;
- g) orientação monográfica;

Professor Orientador

As responsabilidades do professor orientador, será acompanhar os alunos durante o curso, assim como os monitores, incluindo o acompanhamento do Tempo Escola e Tempo Comunidade, com ênfase na orientação da pesquisa, da orientação dos relatórios parciais e final, do trabalho de campo.

Técnicos de apoio

O projeto terá dois técnicos de apoio para atribuição de auxiliar a coordenação geral, coordenação pedagógica e os professores orientadores nas atividades relacionadas à biblioteca, laboratórios, sala de inclusão digital, unidades pedagógicas de produção da Escola.

Monitores

O projeto terá 10 (dez) monitores com atribuição de acompanhar os educandos nas atividades do Tempo Escola e Tempo Comunidade, conforme as orientações da coordenação do projeto e dos professores responsáveis pelas disciplinas. As pessoas que desenvolverem essas atividades serão público beneficiário do PRONERA. Serão pago bolsas por ser público beneficiário do PRONERA conforme a Instrução Normativa nº 75, de Novembro de 2012, as bolsas serão semestrais e a cada semestre terá novo edital de seleção dos próximos monitores, sendo que esta pode ser renovada até quatro vezes, a critério da avaliação dos professores responsáveis pela monitoria. Essas bolsas também contribuirão com a permanência dos alunos na universidade e a cada semestre serão selecionados obedecendo à edital próprio.

Acompanhamento e avaliação dos Monitores

Os monitores serão acompanhados e avaliados pela coordenação pedagógica e pelo professor orientador conjuntamente, por meio da elaboração de planejamento semestral das atividades, tanto na sala de aula, como nas atividades campo. Cada monitor terá que elaborar relatório mensal das atividades realizadas conforme o planejamento do início do semestre, e a cada final de semestre será elaborado um relatório final, após essas prestações de contas o monitor receberá uma declaração com a carga horária de monitoria que poderá ser computada como atividades complementares.

Técnico de apoio (Financeiro)

O projeto terá um técnico de financeiro que terá como função a elaboração de editais, execução de licitações e prestação de contas em conjunto com a coordenação geral, coordenação pedagógica e professor orientador. Serão contratados durante a realização do curso.

4.3 Projeto Pedagógico do Curso

4.3.1. Justificativa

Essa demanda materializou-se pelos trabalhadores da zona rural dos assentamentos da reforma agrária, após contato com os professores da Universidade Federal do Tocantins, por meio de reuniões e entrega de ofício solicitando ao Campus de Miracema a criação do Curso de Serviço Social por meio da política de educação do campo, impressa no Programa Nacional

de Educação na Reforma Agrária – Pronera. A abrangência do projeto será os (as) educandos (as) das áreas de assentamentos rurais.

Após essa demanda foi elaborado uma proposta por uma comissão de docentes, que foi aprovada em colegiado do curso de Serviço social e no Conselho Diretor do Campus de Miracema no ano de 2015. Após aprovada nas instâncias do campus, a proposta de curso foi encaminhada ao Incra. Em 2016, no dia 18 de janeiro o projeto foi protocolado na SOCS Secretaria de Órgãos Colegiados Superiores que ficou parado (sem análise) devido à incerteza quanto a aprovação e liberação de recursos junto ao Incra, provenientes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O recurso só foi empenhado em finais de 2017 e a partir de então é que o projeto de curso foi retomado e posto novamente à análise da Pró-reitoria de graduação (PROGRAD).

A proposta de criação do curso de Serviço Social se justifica em função da necessidade de qualificar e aprimorar conhecimentos de jovens e adultos do meio rural, que vivem em situação de miséria crescente, de exclusão/expulsão das pessoas do campo; situação de desigualdades econômicas, sociais, que também são desigualdades educacionais, escolares. Seus sujeitos principais são as famílias e comunidades de camponeses, pequenos agricultores, sem-terra, atingidos por barragens, ribeirinhos, quilombolas, pescadores, e muitos educadores e estudantes das escolas públicas e comunitárias do campo, articulados em torno de Movimentos Sociais e Sindicais, de universidades e de organizações não-governamentais. Todos buscando alternativas para superar esta situação que desumaniza os povos do campo, mas também degrada a humanidade como um todo.

O curso de Serviço Social que propomos ofertado por meio da política do Pronera é fundamental, principalmente em função do direito social à educação, pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. E esta educação inclui a escola: hoje uma luta prioritária porque boa parte da população do campo que não tem garantido seu direito ao ensino superior e sua realidade os coloca em uma situação de subalternidade, em relação aos moradores da zona urbana que já tem como *habitat* o lócus das universidades, enquanto os moradores da zona rural têm poucas alternativas de inserção no ensino superior.

Os movimentos sociais existentes no campo têm historicamente lutado por seus direitos, e são diversos os direitos sociais envolvidos, dentre eles a formação em nível superior, entendendo que essa é uma demanda recorrente inclusive considerando o *lócus* em que vivem. Essas lutas sociais têm gerado diversas conquistas dentre elas os cursos desenvolvidos pelas

Universidades em parceria com os movimentos sociais e o INCRA, com recursos da política do Pronera.

Nessa direção compreende-se que essa modalidade de formação além de considerar a realidade desse segmento da população fortalece a permanência dos jovens no campo, e essa questão é de grande relevância compreendendo que a produção rural, possibilita o abastecimento de diversos gêneros alimentícios para o país por meio da agricultura familiar.

Outro elemento a ser destacado é a importância da formação de assistentes sociais para trabalhar junto à realidade dos povos camponeses, já que as políticas sociais historicamente estiveram vinculadas ao mundo urbano. Diante dessa fragmentação da política social que não chega até o campo faz-se urgente e necessário formar assistentes sociais capacitados para realizar intervenções qualificadas na direção de afirmação de direitos e políticas públicas no campo.

4.3.2. Objetivos do curso

Objetivo Geral

Formar bacharéis em Serviço Social dotados de competência em sua área de atuação, generalistas em sua formação intelectual e cultural, munidos de conhecimentos necessários das complexas relações que se estabelece no mundo contemporâneo, capazes de analisar, propor, intervir, gerir, executar e avaliar políticas sociais em âmbito público e privado, atendendo às demandas sociais existentes e emergentes, particularmente as colocadas pelo meio rural.

Objetivos Específicos

- Formar Assistentes Sociais que atendam às necessidades das Áreas de Reforma Agrária, sendo capazes de compreender e intervir nas expressões da questão social no âmbito do campo brasileiro;
- Preparar o aluno para compreender o contexto sócio-político e econômico no âmbito internacional, nacional e do norte, subsidiando a sua intervenção na realidade social;
- Preparar profissionais para intervir nos processos sociais decorrentes da organização da produção rural, na perspectiva de fortalecimento da agricultura familiar e da

Reforma Agrária voltada para as demandas e interesses dos (as) trabalhadores (as) rurais;

- Articular as diferentes áreas do conhecimento, por meio do caráter interdisciplinar, possibilitando a compreensão das implicações da prática profissional no contexto das relações de classe no mundo rural contemporâneo e redefini-las para efetivação dos direitos sociais;
- Fortalecer a inserção dos (as) educandos (as) do curso de Serviço Social, nos processos políticos, organizativos, sociais da turma com a comunidade acadêmica.
- Respaldar o ensino da prática nas dimensões técnico-instrumental, teórico-intelectual, investigativo-formativo por meio de mediações entre ensino, pesquisa e extensão.

4.3.3 Perfil Profissiográfico

O Curso de Serviço Social prepara os profissionais para atuarem nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho⁵.

Dotado/a de formação intelectual e cultural generalista crítica com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho e, sobretudo, comprometido com os valores e princípios do Código de Ética Profissional do Assistente Social⁶.

O curso de Serviço Social/Pronera tem sua organização curricular fundamentada nas Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) e nas Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social Resolução CNE/CES Nº 15, de 13 de março de 2002, Parecer CNE/CES 492/2001 e o Parecer CNE/CES 1.363/2001. Nesse sentido, o projeto pedagógico do Curso de Serviço Social atende integralmente as diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social de acordo com as diretrizes da ABEPSS, construídas no âmbito nacional e também a diretriz do MEC.

Para tanto, o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social/Pronera propõe construir um perfil profissional que “englobe a qualificação teórica com a fundamentação teórico-

⁵ De acordo com o Parecer CNE/CES 492/2001.

⁶ Trecho contido no documento do Projeto Pedagógico do Curso Regular de Serviço Social da UFT em vigência.

metodológica e técnico-instrumental apoiada nas vertentes das ciências sociais e da teoria crítica, aliada a uma formação ético-política” (IAMAMOTO, 2000:256).

4.3.4 Competências, atitudes e habilidades

De acordo com as orientações da ABEPSS/MEC e Resolução CNE/CP nº 15, de 13 de março de 2002, o Parecer CNE/CES 492/2001 estes princípios definem as diretrizes curriculares da formação profissional e implicam capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do profissional de Serviço Social.

Competências e Habilidades Gerais

As competências gerais a serem desenvolvidas pelo aluno:

- a) Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
- b) Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
- c) Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- d) Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes – postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
- e) Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor;
- f) Formação voltada para utilização dos recursos da informática.

Competências e Habilidades Específicas

A formação profissional deverá desenvolver a capacidade de:

- a) Analisar a Sociedade Brasileira, em suas dimensões regionais e locais, a partir de sua lógica de organização, através de uma abordagem crítica produzindo proposições, alternativas individuais e coletivas nos espaços de inserção do Serviço Social comprometendo-se com a problemática do seu tempo, a partir de atitudes estratégicas.
- b) Desvelar o universo cultural do público-alvo inserindo-se no contexto dos diferentes espaços sociais, e de agregar forças sociais em torno de uma ética política voltada para a defesa da democracia e exercício da cidadania.
- c) Propor, formular, executar e assessorar políticas sociais públicas e privadas, no âmbito do Estado, das empresas, na organização da sociedade civil e movimentos sociais articulando-as ao conjunto das relações sociais e do mercado de trabalho.
- d) Compreender a importância da atuação profissional pautada nas orientações filosóficas e éticas da profissão respaldadas pela Lei de Regulamentação Profissional e o Código de Ética.
- e) Comprometer-se com a problemática do seu tempo e apresentar, na interlocução crítica com o mercado de trabalho, um debate sobre suas mediações, numa perspectiva teórico-crítica e interventiva.
- f) Viabilizar novas formas de interlocução com outras áreas do saber, garantindo o exercício da interdisciplinaridade.
- g) Elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
- h) Contribuir para a viabilização da participação dos usuários nas decisões

Institucionais;

- i) Planejar, organizar e administrar os benefícios e serviços sociais;
- j) Realizar visitas domiciliares e institucionais, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social;
- k) Exercer as funções de direção e gestão em organizações públicas e privadas na área de Serviço Social;
- l) Exercer a docência em cursos Superiores de Serviço Social, bem como supervisão direta a estagiários.
- m) Elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
- n) Contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;
- o) Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- p) Realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais;

- q) Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- r) Orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;

Atribuições privativas do assistente social:

O Art. 5º da Lei de Regulamentação da profissão (Lei Nº 8.662) de 7 de junho de 1993 preconiza que constituem atribuições privativas do Assistente Social:

- I – Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares.
- II – Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço social; Planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social.
- III – Assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social.
- IV – Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social.
- V – Assumir, no magistério de Serviço social, tanto em nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular.
- VI – Treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social.
- VII – Dirigir e coordenar Unidades de ensino, e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação.
- VIII – Dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social.

IX – Elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para assistentes sociais, ou onde seja aferido conhecimentos inerentes ao Serviço Social.

X – Coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social.

XI – Fiscalizar o exercício profissional através dos conselhos Federal e Regional.

XII – dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas e privadas.

XIII – Ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

XIV – Orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa dos seus direitos.

4.3.5 Campo de atuação profissional

O curso de Serviço Social habilita profissionais para trabalharem como Assistentes Sociais em instituições públicas e privadas, governamentais e não-governamentais, tais como: empresas, instituições de assistência social, educação, saúde, lazer, sistema penitenciário, de seguridade social e movimentos sociais, ocupando as funções de planejamento, administração, execução, monitoramento e avaliação de projetos e programas sociais.

É com essa formação interdisciplinar, que o Assistente Social atua no mercado de trabalho, seu espaço sócio ocupacional é amplo e com múltiplas possibilidades, desde os espaços institucionais, tais como: secretarias estaduais e municipais, ambulatórios, presídios, judiciário, instituições asilares, empresas industriais e comerciais, órgãos de planejamento; passando pelos não-institucionais tais como: associações, sindicatos, organizações comunitárias, Conselhos Municipais e outros conselhos, até os espaços alternativos urbanos e rurais como: cooperativas, organizações sociais, unidades de produção coletiva tipo assentamentos rurais e áreas de Reforma Agrária, associações de produtores e comunidades primitivas.

4.3.6 Organização Curricular

4.3.6.1. Conteúdos Curriculares

O curso de Serviço Social/Pronera está fundamentado nas Diretrizes Gerais do MEC para o curso de Serviço Social (Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002, o Parecer CNE/CES 492/2001 e o Parecer CNE/CES 1.363/2001) e também se apoia nas Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social conforme a ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- associação que agrega as unidades de formação do país em torno de um currículo que está sempre em debate e em interlocução com a categoria profissional.

A organização curricular estabelece que a formação profissional é composta por um conjunto de conhecimentos indissociáveis que estão ligados a três eixos que se articulam ao ensino, pesquisa e extensão, a saber:

- **Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social**, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social;
- **Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira**, que remete à compreensão das características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais;
- **Núcleo de fundamentos do trabalho profissional**, que compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado.

Esses eixos que aportam a formação visam o desenvolvimento das competências, atitudes e habilidades exigidas para a formação do Assistente Social, conforme as legislações do MEC e ABEPSS e também estão garantidas pela Lei 8.662, de 7 de junho de 1993 que dispõe sobre a profissão do Assistente social e dá outras providências.

4.3.6.2. Abordagem da Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2004)

De acordo com a Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2004 em seu artigo 1º dispõe que “a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores”.

Embora não se trate de formação específica para a docência, os debates no âmbito da categoria profissional dos assistentes sociais são extremamente favoráveis em trabalhar a temática da histórica e da cultura afro-brasileira e africana. No interior da profissão há a defesa e luta por cotas para a população negra e indígena. Nessa direção, o presente projeto pedagógico busca desenvolver a temática por meio de conteúdos transversais, competências, atitudes e valores profissionais que devem perpassar todo o processo de formação profissional.

Como momentos específicos para isso se ofertará uma disciplina optativa sobre questão étnico-racial, abarcando conteúdos de história e cultura afro-brasileira, além de conteúdos que deverão ser trabalhados transversalmente em disciplinas como Formação Social, Econômica e Política do Brasil e Formação Social, Econômica e Política da Amazônia, além das disciplinas de direitos humanos e serviço social, movimentos sociais e serviço social e por fim, a disciplina de gênero, etnia e classe social.

4.3.6.3. Abordagem da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999, Art. 11)

Conforme a Lei nº 9.795 de 27/04/1999, Art. 11, e Decreto nº 4.281 de 25/06/2002, é necessário que se inclua nas disciplinas e atividades curriculares do curso, de modo transversal, contínuo e permanente as questões referentes à educação ambiental, bem como, o meio ambiente. Por tratar-se de um curso voltado ao público advindo da agricultura familiar, a questão do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável será um conteúdo privilegiado nos debates acadêmicos, nas pesquisas e na extensão. Como momento específico se ofertará uma disciplina optativa intitulada Sociedade, Território e Natureza.

4.3.6.4. Atividades de Alternância

Por tratar-se de uma turma especial de um Projeto de formação específico do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) junto às comunidades rurais, o curso de Serviço Social/Pronera de acordo com orientações de seu manual (2014, p. 40) dispõe de uma metodologia e um calendário que deverá atender “às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas”.

Com base na experiência exitosa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) que tem como referência a pedagogia da alternância, cada disciplina deverá ser contemplada de 70% de sua carga horária no tempo escola e 30% de sua carga horária no tempo comunidade, conforme detalhado no item **4.3.7** que dispõe sobre a metodologia do projeto de formação. Além disso, prevê o acompanhamento das atividades propostas pelo professor no plano de ensino, como também da equipe pedagógica, conforme detalhado no item **4.2** que dispõe sobre a coordenação acadêmica.

4.3.6.5. Matriz Curricular

1º Semestre

Disciplina	Créditos	CHTeórica	CHPrática	CHTotal	Pré-Req.
Sociologia	04	60h		60h	Nenhum
Oficina de língua portuguesa	04	60h		60h	Nenhum
Metodologia do Trabalho Científico	04	60h		60h	Nenhum
Introdução ao Serviço Social	04	60h		60h	Nenhum
Filosofia e Serviço Social	04	60h		60h	Nenhum
Formação Social, Econômica e Política do Brasil	04	60h		60h	Nenhum
Total por semestre	24	360h		360h	

2º Semestre

Disciplina	Créditos	CHTeórica	CHPrática	CHTotal	Pré-Req.
Leitura e interpretação de textos	04	60h		60h	Nenhum
Ciência Política	04	60h		60h	Nenhum
Questão Social e Serviço Social	04	60h		60h	Nenhum
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I	04	60h		60h	Introdução ao Serviço Social
Economia Política e Serviço Social	04	60h		60h	Nenhum
Direito e Legislação Social	04	60h		60h	Nenhum
Total por semestre	24	360h		360h	

3º Semestre

Disciplina	Créditos	CHTeórica	CHPrática	CHTotal	Pré-Req.
Questão Urbana e Rural	04	60h		60h	Nenhum
Antropologia	04	60h		60h	Nenhum
Psicologia social	04	60h		60h	Nenhum
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II (FHTM)	04				FHTM I
Categorias do método marxiano	04	60h		60h	Nenhum
Formação Social, Econômica e Política da Amazônia	04	60h		60h	Nenhum
Total por semestre	24	360h		360h	

4º Semestre

Disciplina	Créditos	CHTeórica	CHPrática	CHTotal	Pré-Req.
Fundamentos Históricos, Teóricos	04	60h		60h	FHTM II

e Metodológicos do Serviço Social (FHTM) III					
Ética e Serviço Social	04	60h		60h	Nenhum
Política Social I	04	60h		60h	Nenhum
Gênero, etnia e classe social	04				Nenhum
Serviço Social e Processo de Trabalho	04	60h		60h	Nenhum
Instrumentalidade do serviço social I	04	60h		60h	Nenhum
Total por semestre	24	360h		360h	

5º Semestre

Disciplina	Créditos	CHTeórica	CHPrática	CHTotal	Pré-Req.
Instrumentalidade do Serviço Social II	04	60h		60h	Instrumentalidade do Serviço Social I
Seguridade Social	04	60h		60h	Política Social I
Política Social II	04	60h		60h	Política Social I
Estatística	04	60h			Nenhum
Pesquisa e Serviço Social I	04	60h		60h	Nenhum
Estágio I*	04	30h	30h	60h	Nenhum
Total por semestre	24	330h	30h	360h	

* Horas previstas para a disciplina, perfazendo 30 horas em sala de aula e outras 30 horas em visitas aos campos de estágio.

6º Semestre

Disciplina	Créditos	CHTeórica	CHPrática	CHTotal	Pré-Req.
Oficina de elaboração de projetos sociais	04	60h		60h	Nenhum
Estágio II*	04	30h	30h	60h	Estágio I

Pesquisa e Serviço Social II	04	60h		60h	Pesquisa e Serviço Social I
Tópicos em Educação, Habitação e Cultura	04	60h			Nenhum
Questão Agrária no Brasil	04	60h		60h	Nenhum
Total por semestre	20	270h	30h	300h	

* Horas previstas para a disciplina, perfazendo 30 horas em sala de aula e outras 30 horas em visitas aos campos de estágio.

7º Semestre

Disciplina	Créditos	CHTeórica	CHPrática	CHTotal	Pré-Req.
Gestão e Planejamento em Serviço Social	04	60h		60h	Nenhum
Estágio III*	04	30h	30h	60h	Estágio II
Trabalho de Conclusão de Curso I	04	60h		60h	Pesquisa e Serviço Social II
Fundamentos do Controle Social	04				Nenhum
Movimentos Sociais e Serviço Social	04	60h		60h	Nenhum
Total por semestre	20	270h	30h	300h	

* Horas previstas para a disciplina, perfazendo 30 horas em sala de aula e outras 30 horas em visitas aos campos de estágio.

8º Semestre

Disciplina	Créditos	CHTeórica	CHPrática	CHTotal	Pré-Req.
Cultura Brasileira e a Questão Étnico-racial (Optativa 1)	04	60h		60h	Nenhum
Direitos Humanos e Serviço Social	04	60h		60h	Estágio II
Trabalho de Conclusão de Curso II	04	60h		60h	Trabalho de Conclusão de Curso I
Sociedade, território e natureza (Optativa 2)	04	60h		60h	Nenhum
Libras – Língua Brasileira de Sinais (Optativa 3)	04	30h	30h	60h	Nenhum

Total por semestre	20	270h	30h	300h	
---------------------------	-----------	-------------	------------	-------------	--

	Créditos	Carga Horária
Componentes Curriculares Obrigatórios*	168	2.520 h
Componentes Curriculares Optativos**	12	180 h
Atividade Complementar***	09	135 h
Estágio curricular obrigatório****	27	405 h
Total	216	3.240

Das 2.520 horas, 70% correspondendo a 1.764 horas serão realizadas no tempo escola e 30%, o que representa 756 horas serão desenvolvidas no tempo comunidade.

** Das 180 horas de componentes curriculares optativos, 70% correspondendo 126 horas no tempo escola e 30% correspondendo a 54 horas que serão desenvolvidas no tempo comunidade.

*** Esta carga horária segue as normativas da Resolução 04/2005 e 09/2005 da UFT.

****A carga horária de estágio será desenvolvida nos campos de estágio, conforme Diretrizes Curriculares de Serviço Social e a Resolução nº 533 do CFESS.

A estrutura curricular do curso de Serviço social/Pronera é composta por disciplinas de 60 h/a o que equivale a quatro (4) créditos. Para o professor cumprir a carga horária de 60 h/a, será necessário ministrar 70% da carga horária das disciplinas no tempo escola e outros 30% no tempo comunidade, conforme itens 4.3.7 e 4.3.6.4. Assim, cada disciplina terá 42 horas de formação no tempo escola e 18 horas de formação no tempo comunidade, conforme atividades previstas no plano de trabalho do professor e devidamente acompanhadas pela equipe pedagógica do projeto.

As disciplinas privativas deverão ser ministradas por docentes com formação em Serviço Social, devido ao conteúdo específico e garantido na lei que regulamenta a profissão (Lei de Regulamentação da Profissão – nº 8662/93) e o Código de Ética Profissional (1993).

As disciplinas de Estágio I, II e III serão compostas de 30 h/a teóricas e 30 h/a prática com acompanhamento do docente em visitas de estágio e supervisão prática e 135h práticas distribuídas em cada semestre, totalizando 405h práticas, sendo estas desenvolvidas pelos discentes nos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social, tornando-se locais de estágio. O Estágio inserido nas disciplinas I, II e III diz respeito à supervisão de estágio e reflexões teórico-práticas (30h em sala de aula/ 30 h de acompanhamento prático, através das visitas aos campos de estágio). Já o estágio I, II e III relativo às 405 h é realizado, mediante orientação do profissional assistente social de campo e devidamente supervisionado pelo professor orientador, o que será mais detalhado em momento específico sobre o Estágio Curricular Obrigatório.

O curso, conforme proposta apresentada terá duração de 04 (quatro) anos, divididos em períodos semestrais, portanto, o/a estudante poderá concluí-lo após 08 (oito) semestres de

estudos. A turma especial Pronera será oferecida 60 vagas voltadas especificamente à população do campo.

4.3.6.6. Língua Brasileira de Sinais (Libras): disciplina optativa/obrigatória (Decreto nº 5.626/2005)

Como momento específico de abordagem no currículo a respeito da Resolução CNE nº 2/2015 contempla-se no projeto pedagógico do curso de Serviço Social/Pronera uma disciplina optativa de Libras (Língua Brasileira de Sinais), além de debates a serem realizados em eventos, pesquisas e atividades complementares.

4.3.6.7. Ementário

1º SEMESTRE

Sociologia

Carga Horária Total: 60 horas

Carga Horária Teórica: 60 horas

Carga Horária Prática:

Número de Créditos: 04

Pré-requisitos: nenhum

Ementa: Análise da emergência da sociedade burguesa e a constituição do ser social; a configuração da sociologia como campo científico. Estudo dos autores e das matrizes clássicas do pensamento sociológico clássico e o debate contemporâneo.

Bibliografia básica

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Nacional, 1987.

MARX, K. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 2001.

Bibliografia complementar

COHN, G. (org.); FERNANDES, F. (coord.). **Weber**. São Paulo: Editora Ática, 2005.

FERNANDES, F. **Marx, Engels e Lenin: a história em processo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

IANNI, O. (org.); FERNANDES, F. (coord.). **Marx**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. O.; OLIVEIRA, M.G. **Um toque de clássicos:** Durkheim, Marx e Weber. 2 ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MEKSENAS, P. **Sociologia.** São Paulo: Cortez, 1992.

Oficina de língua portuguesa

Carga Horária Total: 60 horas

Carga Horária Teórica: 60 horas

Carga Horária Prática:

Número de Créditos: 04

Pré-requisitos: nenhum

Ementa: Prática de leitura e de produção de textos de diversos gêneros. Noções fundamentais sobre estrutura e conteúdo: coesão, coerência, clareza, informatividade e adequação. Resumo, resenha e fichamento. Revisão e reescrita orientada dos textos produzidos.

Bibliografia Básica

KATO, M. **O aprendizado da leitura.** 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

KOCH, I.G. **Desvendando os segredos do texto.** São Paulo: Cortez, 2002.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica:** a prática de fichamentos, resumos e resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar

ABAURRE, M. L. M.; ABAURRE, M. B. **Produção de textos** – interlocução e gêneros. São Paulo: Moderna, 2007.

MARCUSCHI, L. A. **Compreensão de texto** – algumas reflexões. In: DIONÍSIO, A.P. & BEZERRA, M.A. (Orgs.). **O livro didático de Português:** múltiplos olhares. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

FAULSTICH, E. L. de. **Como ler, entender e redigir um texto.** 16 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

MARTINS, M. H. **O que é leitura?** São Paulo: Brasiliense, 2004. Coleção Primeiros Passos.

PIETRI, E. **Práticas de leitura e elementos para a atuação docente.** 1. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

Metodologia do Trabalho Científico

Carga Horária Total: 60 horas

Carga Horária Teórica: 60 horas

Carga Horária Prática:**Número de Créditos:** 04**Pré-requisitos:** nenhum

Ementa: Condições históricas e sociais do surgimento do pensamento científico (Ciência e senso comum). A ciência enquanto uma relação de valores/conhecimento e ideologia/teoria. Pesquisa: Relações sujeito/objeto e tipos de pesquisa. A teoria, o método e a pesquisa na construção do conhecimento científico. Técnicas e instrumentos de registro e comunicação. As normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Bibliografia básica

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

Bibliografia complementar

DINIZ, D.; TERRA, A. **Plágio: palavras escondidas**. Brasília: Editora Fiocruz, 2014.

RODRIGUES, A. de J. **Metodologia Científica: Completo e Essencial para a Vida Universitária**. São Paulo: Avercamp, 2006.

QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 1998.

LAVILLE, C. & DIONNE, J. (adaptação da obra: Lana Mara Siman). **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: ARTMED; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIMA, T.C.S.; MIOTO, R. C.T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálýsis**. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe>.

Introdução ao Serviço Social**Carga Horária Total:** 60 horas**Carga Horária Teórica:** 60 horas**Carga Horária Prática:****Número de Créditos:** 04**Pré-requisitos:** nenhum

Ementa: O serviço Social enquanto profissão inscrita na divisão sócio técnica do trabalho; O mundo atual e o Serviço Social; Os espaços sócio ocupacionais; O Projeto Profissional; A organização política da profissão (CRESS-CFESS-ABEPSS-ENESSO); O significado social do Serviço Social.

Bibliografia básica

IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. **Relações Sociais e serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez/Celats, 1982.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político do serviço Social frente à crise contemporânea**. Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social., Brasília: CEAD, 1999.

_____. **Capitalismo Monopolista e serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1996.

Bibliografia complementar

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, nº 120. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. Ensaios Críticos. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 1999.

MATTOS, M. C. de. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de Assistentes Sociais na atualidade. **Revista Serviço Social & Sociedade**, nº 124. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

MOTTA, A. E. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, nº 120. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

Filosofia e Serviço Social

Carga Horária Total: 60 horas

Carga Horária Teórica: 60 horas

Carga Horária Prática:

Número de Créditos: 04

Pré-requisitos: nenhum

Ementa: Estudo sobre os juízos fundamentais que compõe o debate filosófico inscrito no Serviço Social; Os principais pensadores do mundo filosófico: Marx, Aristóteles, Platão, Kant, Hegel, Nietzsche; Husserl, Tomás de Aquino, Comte, Parsons.

Bibliografia básica

ABBAGNANO, N. **História da Filosofia**. Lisboa, Presença, vol. XIV, 1970.

AGUIAR, A. G. **Serviço Social e Filosofia**. Das Origens a Araxá. São Paulo, Cortez, 1989.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

Bibliografia complementar

DEMO, P. **Saber Pensar**. São Paulo: Cortez, 2000.

JAPAISSÚ, H. MARCONDES, D. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PRADO JR., C. **O que é filosofia**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

VAZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

REALI, G. & ANTISERI, D. **História da Filosofia**. (Vol. I, II, III). São Paulo: Paulus, 1990.

Formação Social, Econômica e Política do Brasil

Carga Horária Total: 60 horas

Carga Horária Teórica: 60 horas

Carga Horária Prática:

Número de Créditos: 04

Pré-requisitos: nenhum

Ementa: A herança colonial e a constituição do Estado nacional. Emergência e crise da República Velha. Instauração e colapso do Estado Novo. Industrialização, urbanização e surgimento de novos sujeitos políticos. Nacionalismo e desenvolvimentismo e a inserção dependente no sistema capitalista mundial. A modernização conservadora no pós-1964 e seu ocaso em fins da década de 1970. Transição democrática e neoliberalismo.

Bibliografia básica

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 2ª edição, 1976.

IANNI, O. **Origens agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Bibliografia complementar

FERNANDES, F. **Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o poder institucional**. SP: Editora Globo, 2010.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1991.

NETTO, J. P. **Pequena História da Ditadura Brasileira** (1964-1985). São Paulo: Cortez, 2014.

2º SEMESTRE

Leitura e interpretação de textos

Carga Horária Total: 60 horas

Carga Horária Teórica: 60 horas

Carga Horária Prática:

Número de Créditos: 04

Pré-requisitos: nenhum

Ementa: Leitura e interpretação de texto acadêmico dos clássicos estudados pelo Serviço Social, tais como Marx, Engels, Gramsci, dentre outros; Conhecimento da língua como conhecimento sociocultural e de um sistema; articulação textual dos tempos e modos do verbo; elaboração de redação.

Bibliografia básica

KOCH, I. G. **Desvendando os segredos do texto**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FAUFMAN, A. M. & RODRIGUEZ, M. H. **Escola, leitura e Produção de textos**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.

FEITOSA, V. C. **Redação de textos científicos**. Campinas, Papirus, 1991.

Bibliografia complementar

COSTA, D.; SALCES, C. D. de. **Leitura e Produção de textos na Universidade**. São Paulo: Alínea, 2017.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Para entender o texto – Leitura e Redação**, 16ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

GARCIA, O. M. **Comunicação e prosa moderna**. Rio de Janeiro, FGV, 1997.

KATO, M. **O aprendizado da leitura**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Ciência Política

Carga Horária Total: 60 horas

Carga Horária Teórica: 60 horas

Carga Horária Prática:**Número de Créditos:** 04**Pré-requisitos:** nenhum

Ementa: Fundamentos histórico-conceituais do Estado: Maquiavel, Hobbes, Locke e Rousseau. O Estado-Nação. Análise do Estado capitalista moderno, destacando as principais ideologias contemporâneas: liberalismo, socialismo, nacionalismo e totalitarismo.

Bibliografia básica

CARNOY, M. **Estado e teoria política**. Campinas: Papirus, 1986.

GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel**: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Porto Alegre: L&PM, 1980.

WEFFORT, F. (org). **Os clássicos da política**. São Paulo: Editora Ática, 2006.

Bibliografia complementar

BERTELLI, A. R. A questão do Estado e da transição em Lênin e Bukharin. In: **Revista Novos Rumos** (02). São Paulo: Novos Rumos, 1986.

COUTINHO, C. N. **A dualidade de poderes**: introdução à teoria marxista de Estado e revolução. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Global, 1984.

FERNANDES, F. **Apontamentos sobre a teoria do autoritarismo**. São Paulo: Hucitec, 1979.

GUIMARÃES, A. P. **Democracia e marxismo**: crítica à razão liberal. São Paulo: Xamã, 1998.

LÖWY, M. **Método dialético e teoria política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

Questão Social e Serviço Social**Carga Horária Total:** 60 horas**Carga Horária Teórica:** 60 horas**Carga Horária Prática:****Número de Créditos:** 04**Pré-requisitos:** nenhum

Ementa: O processo de produção e reprodução da questão social na sociedade capitalista. O significado contemporâneo da questão social e a desigualdade do acesso aos direitos econômicos, políticos e sociais. A questão social no Brasil e suas principais formas de expressão: o desemprego, a precarização das relações de trabalho, o pauperismo, a violência e a luta pela terra. A discussão polêmica em torno da questão social como objeto do serviço social.

Bibliografia básica

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche**: Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, J. S. **“Questão Social”** – particularidade brasileira. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, I. M. F. **Questão Social e Serviço Social**: fundamentos sócio-históricos. Campinas, SP. Editora Papel social, 2014.

Bibliografia complementar

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos**: o breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PASTORINI, A. **A categoria Questão Social em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PAULO NETTO, J. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. Temporalis, n. 3, ano 2 (jan./jun. 2001). Brasília: ABEPSS/Odisséia, 2004.

ROSANVALLON, P. **A Nova Questão Social**: Repensando o Estado Previdência. Brasília: Instituto Theotonio Vilela, 1998.

Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I (FHTM I)

Carga Horária Total: 60 horas

Carga Horária Teórica: 60 horas

Carga Horária Prática:

Número de Créditos: 04

Pré-requisitos: Introdução ao Serviço Social

Ementa: Expansão do capitalismo, a questão social e as demandas societárias. A trajetória do serviço social na Europa e nos Estados Unidos e a influência das matrizes teóricas. A constituição do Serviço Social como profissão no Brasil e sua trajetória histórica e teórico-metodológica até os anos de 1950.

Bibliografia básica

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social, Identidade e Alienação**. São Paulo: Cortez, 2006.

MONTAÑO, C. **A natureza do Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 2007.

Bibliografia complementar

AGUIAR, A. G. de. **Serviço Social e Filosofia** – das origens a Araxá. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

ALAYÓN, N. **Assistência e Assistencialismo** – controle dos pobres ou erradicação da pobreza. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

PAULO NETTO, J. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 9ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, I. L. R. **Mary Richmond**: um olhar sobre os fundamentos do Serviço Social. Rio de Janeiro: CBCISS, 2004.

VERDÉS-LEROUX, J. **Trabalhador Social** – prática, hábitos, ethos, formas de intervenção. São Paulo: Cortez, 1986.

Economia Política e Serviço Social

Carga Horária Total: 60 horas

Carga Horária Teórica: 60 horas

Carga Horária Prática:

Número de Créditos: 04

Pré-requisitos: nenhum

Ementa: A economia política clássica e a crítica da economia política. O modo de produção capitalista: gênese, desenvolvimento e características. Acumulação, valorização e concentração/centralização do capital. A relação capital/trabalho. Processo de trabalho e controle da força de trabalho. A lei geral da acumulação capitalista. Características e tendências do capitalismo contemporâneo.

Bibliografia básica

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem**. 12 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

PAULO NETTO, J. & BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2008.

Bibliografia complementar

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MARX, K. **O capital**. Vol. III. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **O capital:** Crítica da economia política. Vol. I São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. & ENGELS, F. **O Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Boitempo, 2010.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Direito e Legislação Social

Carga Horária Total: 60 horas

Carga Horária Teórica: 60 horas

Carga Horária Prática:

Número de Créditos: 04

Pré-requisitos: nenhum

Ementa: Direitos civis, políticos e sociais. Direitos Individuais e direitos sociais. Direito e Estado. Direitos Humanos. A construção das Instituições de Direito no Brasil, bem como das formas de estruturação dos direitos e garantias fundamentais de cidadania. Contexto da Constituição Federal de 1988. Sistema de Seguridade Social. A legislação social: CLT, ECA, SUAS, SUS, PNAS, LOAS, Estatuto da Pessoa com Deficiência e Estatuto do Idoso. A legislação profissional e outras do Serviço Social.

Bibliografia básica

BOBBIO, N. **A Era dos Direitos.** São Paulo: Campus, 1992.

COUTO, B. R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira.** São Paulo: Cortez, 2004.

SIMÕES, C. **Curso de Direito do Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2006.

Bibliografia complementar

ALAPANIAN, S. **O serviço social e o poder judiciário.** São Paulo: Editora Veras, 2008.

BRASIL, **Constituição Federal.** Brasília: 1988.

BRASIL, **Lei Orgânica da Assistência Social.** Brasília: 1993.

BRASIL, **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH).** Ministério da Justiça, Brasília, 2002.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética.** In: Coletânea de leis – revista e ampliada. Porto Alegre: CRESS 10ª região, 2000.

3º SEMESTRE

Questão Urbana e Rural

Carga Horária Total: 60 horas

Carga Horária Teórica: 60 horas

Carga Horária Prática:

Número de Créditos: 04

Pré-requisitos: nenhum

Ementa: A questão urbana no Brasil: a constituição do espaço urbano em questão social; A produção das desigualdades e segregações sócio-espaciais; Estado e sociedade frente às questões urbanas; Movimentos sociais urbanos; A questão fundiária no Brasil: a concentração da propriedade e a luta pela Reforma Agrária; Movimentos sociais no campo. Possibilidades de intervenção do Serviço Social.

Bibliografia básica

GUIMARÃES, A. P. **Classes perigosas:** banditismo urbano e rural. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MARTINS, J. S. **A militarização da questão agrária no Brasil:** terra e poder. O problema da terra na crise política. Petrópolis, Vozes, 1986.

Bibliografia complementar

LEFEVBRE, H. **O direito a cidade.** São Paulo: Nebli, 2016.

MARICATO, H. Brasil, Cidades, Alternativas Para a Crise Urbana. São Paulo: Vozes, 2011.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra.** São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **Reforma agrária o impossível diálogo.** São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** São Paulo: EDUSP, 2013.

Antropologia

Carga Horária Total: 60 horas

Carga Horária Teórica: 60 horas

Carga Horária Prática:

Número de Créditos: 04

Pré-requisitos: nenhum

Ementa: A constituição epistemológica e histórica da antropologia social. Unidade Biológica e Diversidade Cultural. Cultura e Natureza como fundantes do pensamento Ocidental. O trabalho de campo na Antropologia. Identidade Nacional e cultura brasileira. Identidade Regional. Diversidade étnica e conflito no Brasil. Relações Inter étnicas e populações tradicionais do Estado do Tocantins.

Bibliografia básica

DAMATTA, R. **Relativizando**: uma introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. São Paulo: LCT, 1989.

LÉVI-STRAUSS, C. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Bibliografia complementar

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. São Paulo: UNESP, 2011.

FARIAS, A. T. P. **Pintura Corporal e Sociedade, os partidos Xerente**. In: VIDAL, L. (Org.). **Grafismo Indígena**. São Paulo: Nobel- Edusp, 1992.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaios de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Global editora, 2015.

SILVA, A. L. Dois séculos e meio de História Xavante. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Psicologia social

Carga Horária Total: 60 horas

Carga Horária Teórica: 60 horas

Carga Horária Prática:

Número de Créditos: 04

Pré-requisitos: nenhum

Ementa: A psicologia social na América Latina. Estudo do objeto e métodos da Psicologia social nas suas vertentes sociológica e psicológica. Estudo da interação indivíduo/sociedade, bem como, dos principais temas e categorias da Psicologia Social. Estudos de temas atuais de investigação em Psicologia Social que represente aprofundamento ou ampliação deste campo de estudo. Representação Social e Cognição Social.

Bibliografia básica

GOFFMAN, E. **Estigma** – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed., Rio de Janeiro: LTC, 1988.

RODRIGUES, A.; ASSMAR, E. M. L. **Psicologia Social**: Petrópolis, Vozes, 2005. SCHULTZ, D.P. & Schultz, S. **História da psicologia moderna**. São Paulo: Cultrix, 1998.

STREY, M. N. et al. (Org.). **Psicologia social contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2001.

Bibliografia complementar

BERGER, P. e LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

CAMPOS, R. H. F., GUARESCHI, P. A. (orgs). **Paradigmas em psicologia social: a Perspectiva latino-americana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CAMPOS, R. H. F. **Psicologia Social Comunitária**. Da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 1999.

LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. B. (org.). **Novas Veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense: EDUC, 1995.

MYERS, D. **Psicologia Social**. LTC, 2006.

Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II (FHTM II)

Carga Horária Total: 60 horas

Carga Horária Teórica: 60 horas

Carga Horária Prática:

Número de Créditos: 04

Pré-requisitos: FHTM I

Ementa: A questão social no Brasil nas décadas de 1960 e 1970 e seu enfrentamento pelas classes sociais em suas relações com o Estado. Demandas ao exercício profissional, mercado de trabalho, dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas e o significado do movimento de reconceituação na América Latina e particularmente no Brasil em tempos de ditadura militar.

Bibliografia básica

ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura:** perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

AMMANN, S. B. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. 10ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.

PAULO NETTO, J. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 9ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.

Bibliografia complementar

IAMAMOTO, M. V. & CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 18ª edição. São Paulo: Cortez, 2005.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Editora Loyola, 3ª edição, 2012.

MÉSZÁROS, I. **O Poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

PAULO NETTO, J. O Movimento de Reconceituação – 40 anos depois. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** (84). São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, M. O. S. (Coord.). **O Serviço Social e o Popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 2002. (pag. 23-70)

Categorias do método marxiano

Carga Horária Total: 60 horas

Carga Horária Teórica: 60 horas

Carga Horária Prática:

Número de Créditos: 04

Pré-requisitos: nenhum

Ementa: As categorias do método marxiano, o trabalho, alienação, totalidade e a contribuição de Marx. Indicações para uma análise crítica e dialética da sociedade. Aproximações sucessivas, mediações como fundamentais do método em Marx e seus desdobramentos históricos no campo do marxismo.

Bibliografia básica

KONDER, L. **Marxismo e alienação**: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. 7ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

PAULO NETTO, J. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

Bibliografia complementar

LÖWY, M. **Ideologias e Ciência Social**: Elementos para uma análise marxista. 17ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

LUKÁCS, G. O que é marxismo ortodoxo? In: **História e Consciência de Classe**: estudos sobre dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, K. *O Capital*: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Editora Boitempo, 2013

LOWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 8ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

LUKÁCS, G. **Ontologia do Ser Social: Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx.** Tradução Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

Formação Social, Econômica e Política da Amazônia.

Carga Horária Total: 60 horas

Carga Horária Teórica: 60 horas

Carga Horária Prática:

Número de Créditos: 04

Pré-requisitos: nenhum

Ementa: Formação histórica, econômica e social da Amazônia. A exploração da borracha no século XX e as condições de trabalho e de vida das populações envolvidas. Conflitos e problemas sociais na ocupação das terras: exclusão e surgimento de novos sujeitos sociais. O Norte Goiano e os impactos sócio-econômicos gerados com a construção da Belém-Brasília; A relação da Amazônia com a nova ordem mundial como uma área de fornecimento de matérias-primas. A criação do Estado do Tocantins (1988) e sua inserção na Amazônia legal.

Bibliografia básica

CASTRO, E. M. R. *Et al.* (org.). Estado e Políticas Públicas na Amazônia em face da Globalização e da Integração dos Mercados. In: **Estado e Políticas Públicas na Amazônia: Gestão do desenvolvimento Regional.** Belém: Cejup, 2001.

CASTRO, E. M. R. *Et al.* (org.). **Industrialização e Grandes Projetos:** Desorganização e Reorganização do Espaço. UFPA. NAEA, 1989.

MARTINS, J. S. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: contexto, 2018.

Bibliografia complementar

ARAÚJO, M. C. **Amazônia e Desenvolvimento à luz das Políticas Governamentais:** A Experiência dos Anos 50. In: RBCS nº 19. Ano 7, junho de 1992.

IANNI, O. **A luta pela terra:** história social da terra e de luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1981.

LOUREIRO, V. R. & PINTO, J. N. A. A questão fundiária na Amazônia. In: **Revista Estudos Avançados** (19) 54, 2005.

SANTOS, R. **História Econômica da Amazônia** (1800 a 1920). São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SOUZA, S. M. de. **Belém-Brasília:** Abrindo Fronteiras no Norte Goiano (atual Tocantins) – 1958-1975. In: GIRALDIN, O. (org.). Goiânia: Ed. UFG; Palmas: Unitins, 2002.

Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III (FHTM III)

Carga Horária Total: 60 horas

Carga Horária Teórica: 60 horas

Carga Horária Prática:

Número de Créditos: 04

Pré-requisitos: FHTM II

Ementa: Organização do Trabalho, Estado e Sociedade a partir dos anos 1980. Mundialização do capital e o redimensionamento da profissão frente às transformações societárias. A construção do projeto político da profissão. As sistematizações teórico-práticas a partir do marxismo. Desafios, respostas, práticas e condições de trabalho do assistente social na contemporaneidade.

Bibliografia básica

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, nº 120. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

MÉSZÁROS, I. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social**: crítica ao padrão emergente de intervenção Social. São Paulo, Cortez, 2002.

Bibliografia complementar

ABRAMIDES, M.B. C. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. In: **Revista Serviço Social & Sociedade** nº 127 especial. São Paulo: Cortez, 2016.

ANTUNES, R. **Dimensões da crise e metamorfoses o mundo do trabalho**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, 1996, nº 50, 1996. (p. 78-86).

BOSCHETTI, I. Expressões do Conservadorismo na formação profissional. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**: Conservadorismo, lutas sociais e Serviço Social. São Paulo: Cortez, nº 124, 2015.

_____. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, nº 128. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: **Serviço Social, Direitos Sociais e Competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

Ética e Serviço Social

Carga Horária Total: 60 horas

Carga Horária Teórica: 60 horas

Carga Horária Prática:**Número de Créditos:** 04**Pré-requisitos:** nenhum

Ementa: A moral e a ética - conceitos e distinções; Os fundamentos éticos do Projeto Ético Político do Serviço Social; O Código de Ética do Serviço Social; Dilemas Éticos na Profissão de Serviço Social; debate sobre Liberdade e Emancipação Humana.

Bibliografia básica

BARROCO, M. L. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: **Serviço Social, Direitos Sociais e Competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**. São Paulo, Cortez, 2001.

BRITES, C. M. e SALES, M. A. **Ética e práxis profissional**. Caderno II, Curso Ética em Movimento; Comissão de Ética e Direitos Humanos/CFESS. Brasília: CFESS, 4ª Edição, 2008.

Bibliografia complementar

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília, 1993.

CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

FORTI, V. L. Pluralismo, Serviço Social e Projeto Ético-político: um tema, muitos desafios. In: **Revista Katálysis**, v. 20, n. 03, p. 373-381, Florianópolis, 2017.

VÁZQUEZ, A. S. **Ética**. Tradução João Dell'Anna. 36. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. **A filosofia da práxis**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Política Social I**Carga Horária Total:** 60 horas**Carga Horária Teórica:** 60 horas**Carga Horária Prática:****Número de Créditos:** 04**Pré-requisitos:** nenhum

Ementa: As políticas sociais nas sociedades capitalistas, a questão da cidadania e da emancipação humana. O capitalismo monopolista, a emergência e desenvolvimento dos Estados Sociais Europeus e das políticas sociais brasileiras. As crises capitalistas e a reconfiguração das políticas sociais no neoliberalismo. Contribuição do Serviço Social na produção e redimensionamento do conhecimento teórico-prático da política social.

Bibliografia básica

BEHRING, E. & BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2007.

BOSCHETTI, I. **Assistência social e trabalho no capitalismo.** São Paulo: Cortez, 2016.

PEREIRA, C. P. **Proteção Social no capitalismo: crítica a teorias e ideologias conflitantes.** São Paulo: Cortez, 2016.

Bibliografia complementar

BEHRING, E. **Brasil em Contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** São Paulo: Editora Cortez, 2ª edição, 2008.

COSTA, L. C. **Os impasses do Estado Capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA, P. A. P. **Política Social: temas & questões.** São Paulo: Cortez, 2008.

SALVADOR, E. **Fundo público e seguridade social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, M. L. L. **Previdência Social no Brasil: (des) estruturação do trabalho e condições para sua universalização.** São Paulo: Cortez, 2012.

VIEIRA, E. **Os Direitos e a Política Social.** São Paulo: Cortez, 2005.

Gênero, etnia e classe social

Carga Horária Total: 60 horas

Carga Horária Teórica: 60 horas

Carga Horária Prática:

Número de Créditos: 04

Pré-requisitos: nenhum

Ementa: As relações de gênero enquanto construções sociais. Os movimentos de mulheres e a cidadania. As principais abordagens teóricas do conceito de gênero: estruturalismo, marxismo e pós-estruturalismo. As políticas sociais e a questão de gênero. Identidade profissional, gênero e Serviço Social. Intervenções do Serviço Social e o enfoque de gênero.

Bibliografia Básica

CISNE, M. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2014.

FERREIRA, G. G. **Diversidade sexual e de gênero e o serviço social no sociojurídico.** São Paulo: Cortez, 2018.

SOUZA-LOBO-E. **A classe operária tem dois sexos.** SP: Ed. Perseu Abramo, 2011.

Bibliografia Complementar

BLAY, E.; AVELAR, L. (Org.). **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile**. São Paulo: EdUSP, 2017.

CISNE, M. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras expressões, 2015.

DAVIS, A. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

SAFFIOTTI, H. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

Serviço Social e Processo de Trabalho

Carga Horária Total: 60 horas

Carga Horária Teórica: 60 horas

Carga Horária Prática:

Número de Créditos: 04

Pré-requisitos: nenhum

Ementa: O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. A inserção do Assistente Social nos processos de trabalho: questão social, políticas sociais, movimentos sociais, organizações, espaço institucional. Espaços ocupacionais do Serviço Social nas esferas pública e privada. Inserção dos acadêmicos nos campos de estágio.

Bibliografia básica

ANTUNES, R. **Os Sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial; 2001.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

LESSA, S. **Serviço Social e Trabalho**: porque o Serviço Social não é trabalho. Maceió: Edufal, 2007.

Bibliografia complementar

COUTO, B. R. O processo de trabalho do Assistente Social na esfera municipal. Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 2: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social, Brasília: CEAD, 1999.

GRANEMANN, S. Processos de trabalho e Serviço Social I. Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 2: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social, Brasília: CEAD, 1999.

LESSA, S. **Sociabilidade e Individuação**. Maceió: Edufal, 1995.

SOUZA, M. L. de. **Serviço Social e Instituição**. São Paulo: Cortez, 1982.

VASCONCELOS, A. M. **A prática do Serviço Social**: cotidiano, formação e alternativas na área de saúde. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

Instrumentalidade do Serviço Social I

Carga Horária Total: 60 horas

Carga Horária Teórica: 60 horas

Carga Horária Prática:

Número de Créditos: 04

Pré-requisitos: nenhum

Ementa: Estudo teórico-prático do instrumental de ação interventiva do Serviço Social, entendido como conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitam a operacionalização da ação profissional. Conhecimento de diversas modalidades operativas e instrumentais, analisando as diferentes formas de linguagem. Desenvolvimento de temáticas que envolvam posturas e atitudes no processo de intervenção.

Bibliografia básica

GUERRA, Y.; FORTI, V. **Ética e direitos**: ensaios críticos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

GUERRA, Y. **Instrumentalidade no trabalho do Assistente Social**. Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 4: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social, Brasília: CEAD, 2000.

_____. SANTOS, C. M. DOS; BACKX, S. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2017.

Bibliografia Complementar

GUERRA, Y.; FORTI, V. **Serviço Social**: temas, textos e contextos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

FALEIROS, V. de P. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

MARTINELLI, M.L.; KOMROUYAN, E. Um Novo Olhar para a questão dos Instrumentais técnico-operativos em Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade** nº 45. Cortez, agosto 1994.

PONTES, Reinaldo. **Mediação e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

SOUZA, H. de. **Como fazer uma análise de conjuntura**. Petrópolis, Vozes, 1992.

LEWGOY, A. B. **Supervisão de Estágio em Serviço Social**: desafios para formação e exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

5º SEMESTRE

Instrumentalidade do Serviço Social II

Carga Horária Total: 60 horas

Carga Horária Teórica: 60 horas

Carga Horária Prática:

Número de Créditos: 04

Pré-requisitos: Instrumentalidade do Serviço Social I

Ementa: O espaço sócio ocupacional (estruturação burocrática e processos de trabalho); Os instrumentos de coleta de dados (a pesquisa, a entrevista, a análise documental, o questionário, a T.I., a visita em domicílio, a demanda espontânea, a busca ativa, o convite); O estudo social; O relatório social; A perícia; O parecer; O laudo; A evolução de caso.

Bibliografia básica

AMARO, Sarita. **Visita Domiciliar:** Guia para uma abordagem complexa. Porto Alegre: AGE, 2003.

CFESS. **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos.** São Paulo: Cortez, 2004.

DAHMER PEREIRA, T. M. *et. al.* O exame criminológico: notas para sua construção. In: CFESS (Org.). **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos.** São Paulo: Cortez, 2003.

Bibliografia complementar

ABREU, M. M. CARDOSO, F. G. Mobilização social e práticas educativas. In: CFESS. (Org.) **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 594-608.

FÁVERO, Eunice. “Instruções sociais de processos, sentenças e decisões”. In CFESS. (Org.) **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 610-636.

_____. **Rompimento dos vínculos do pátrio poder:** condicionantes socioeconômicos e familiares. São Paulo: Veras, 2001.

DAL PIZZOL, A. **Estudo social ou perícia social?** Um estudo teórico-prático na justiça catarinense. Florianópolis: Insular, 2005.

LEWGOY, A. M. B.; SILVEIRA, E. C. A entrevista no processo de trabalho do Assistente Social. **Revista Textos & Contextos.** N.º 8, 2007.

Seguridade Social

Carga Horária Total: 60 horas

Carga Horária Teórica: 60 horas

Carga Horária Prática:**Número de Créditos:** 04**Pré-requisitos:** Política Social I

Ementa: A Seguridade Social brasileira a partir da Constituição Federal de 1988 e o processo de contrarreforma do Estado. Crise fiscal, privatização, focalização e precarização das políticas de seguridade social. O debate sobre a crise do capital, o fundo público, o (neo)desenvolvimentismo e a reconfiguração das políticas sociais no neoliberalismo.

Bibliografia básica

BRAGA, L.; CABRAL, M. do S. R. (orgs.). **O Serviço Social na previdência** –trajetória, projetos profissionais e saberes. São Paulo: Cortez, 2007.

BRAVO, M. I. S. **Serviço Social e Reforma Sanitária**. Lutas sociais e práticas profissionais. São Paulo: Cortez, 1996.

MOTA, A. E. **A Cultura da Crise e a Seguridade Social**: um estudo sobre as tendências da Assistência e da previdência nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 2005.

Bibliografia complementar

BOSCHETTI, I. Seguridade Social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **Seguridade Social e trabalho**: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil. Brasília: Letras livres/UNB, 2006.

MOTA, A. E. **Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil e na América Latina**. In: Configurações Revista de Sociologia [on line], n. 10, 2012.

SALVADOR, E. S. **O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal**. In: Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 130, p. 409-425, set./dez. 2017.

SIQUEIRA, L. **Pobreza e Serviço Social**: diferentes concepções e compromissos políticos. São Paulo: Cortez, 2013.

VIANNA, M. L.T. **A americanização (perversa) da seguridade social brasileira: estratégias de bem-estar e políticas públicas**. RJ: Revan: UCAM, IUPERJ, 1998.

Política Social II**Carga Horária Total:** 60 horas**Carga Horária Teórica:** 60 horas**Carga Horária Prática:****Número de Créditos:** 04

Pré-requisitos: Política Social I

Ementa: As políticas sociais no Brasil e a Constituição Federal (CF) de 1988. A reconfiguração das políticas sociais no neoliberalismo e a centralidade da política de assistência social na seguridade social. Os princípios e diretrizes norteadoras das políticas sociais a partir da CF de 1988 e dificuldades de materialização. A constituição do fundo público, o orçamento das políticas sociais e não materialização. Conselhos de Direito, Controle Social e Gestão Democrática. Os processos de municipalização e questão da focalização. O Terceiro Setor. As políticas setoriais e suas respectivas legislações.

Bibliografia básica

SALVADOR, E. Financiamento tributário da política social no pós-real. In: SALVADOR, E; BEHRING, E.; BOSCHETTI, I.; GRANEMAN, S.; **Financeirização, fundo público e política Social**. São Paulo: Editora Cortez, 1ª edição, 2012.

MOTA, A. E.; AMARAL, A.; PERRUZZO, J. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: MOTA, A. E. (org). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, M. L. L. **Previdência Social no Brasil:** (des) estruturação do trabalho e condições para sua universalização. São Paulo: Cortez, 2012.

Bibliografia complementar

ALMEIDA, N. L.T; ALENCAR, M. M. T. de. Serviço Social, trabalho e políticas públicas. RJ: Saraiva, 2012.

BATTINI, Odária. (Org.). **Assistência Social:** Constitucionalização, Representação, Práticas. São Paulo: Veras, 2007.

BRAGA, R. **A política do precariado:** do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2013.

SANT'ANA, R. S. **Trabalho Bruto no Canavial:** questão agrária, assistência e serviço social. São Paulo, Cortez, 2012.

_____. Serviço Social e trabalho rural: as interfaces do modelo de desenvolvimento agrário no cotidiano profissional. In: LOURENÇO, E. A.; SILVA, J. F. S.; SANT'ANA, R. S. (Org.). **Sociabilidade burguesa e Serviço Social**. RJ: Lumen Juris, 2013.

SOARES, L. T. R. **Ajuste Neoliberal e Desajuste Social na América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

Estatística

Carga Horária Total: 60 horas

Carga Horária Teórica: 60 horas

Carga Horária Prática:**Número de Créditos:** 04**Pré-requisitos:** nenhum

Ementa: A estatística aplicada às Ciências Sociais. Planejamento da coleta de dados: pesquisas e dados e técnicas de amostragem. Descrição e exploração dos dados: dados categorizados, dados quantitativos e medidas descritivas. Séries estatísticas. Representações gráficas e sua interpretação. Distribuição de Frequência. A relação entre conceitos, indicadores e índices.

Bibliografia básica

BARBETTA, P. A. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. Florianópolis: Ufsc, 2001.

LAVILLE, Christian e Dionne, Jean. **A Construção do Saber**. Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas. Porto Alegre: Editora UFMG, 1999.

LEVIN, Jack. **Estatística Aplicada à Ciência Humana**. Tradução de Sérgio Francisco Costa 2º edição. São Paulo: Harbra, 1987.

Bibliografia complementar

CRESPO, A. A. **Estatística Fácil**. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

DOWNING, D. **Estatística Aplicada**. São Paulo: Saraiva, 1999.

FREUND, J. E. **Estatística Aplicada**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

LEAL, M. F & CÉSAR, M. A. (orgs.). **Indicadores de Violência Intrafamiliar e Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes**. Brasília: CESE-MJ-FCCCECRIA, 1998.

MANDIN, Daniel. **Estatística Descomplicada**. 4º edição-Brasília: vest-com, 1996.

Pesquisa e Serviço Social I**Carga Horária Total:** 60 horas**Carga Horária Teórica:** 60 horas**Carga Horária Prática:****Número de Créditos:** 04**Pré-requisitos:** Nenhum

Ementa: A investigação como dimensão constitutiva do trabalho do/a Assistente Social e como subsídio para a produção de conhecimento. A dimensão ética nas práticas de pesquisa. A elaboração do projeto de pesquisa preferencialmente a partir da realidade de estágio.

Bibliografia básica

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MEKSENAS, Paulo. **Pesquisa Social e Ação Pedagógica**: conceitos, métodos e prática. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MINAYO, M. C.(org.). **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade. 4ª ed, Petrópolis: Vozes, 1994.

Bibliografia complementar

GUERRA, Y.; BACHX, S. e REPETTI, G. O lugar da pesquisa na formação profissional: algumas questões a partir dos relatórios das regionais da ABEPSS. In: **Revista Temporalis**. Brasília: ABEPSS, ano 1, n. 1 (jan./jun.2000).

LARA, R. **Produção do conhecimento no Serviço Social**. O mundo do trabalho em debate. São Paulo: UNESP, 2011.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

LUNA, Sérgio Vasconcelos. **Planejamento de Pesquisa** – uma introdução. São Paulo: Editora EDUC, 1996.

TONET, I. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

Estágio I

Carga Horária Total: 60 horas

Carga Horária Teórica: 30 horas

Carga Horária Prática: 30 horas

Número de Créditos: 04

Pré-requisitos: nenhum

Ementa: Introdução ao exercício da prática profissional através do estudo da instituição, levando em consideração a questão social e a política social na qual está inserida.

Bibliografia básica

ALBUQUERQUE, J. A. G. **Instituição e poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

BISNETO, J. A. A análise institucional no processo de renovação do serviço social no Brasil. In: VASCONCELOS, E. M. (org.). **Saúde mental e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2000.

FALEIROS, V. P. **Saber profissional e poder institucional**. São Paulo: Cortez, 1985.

Bibliografia complementar

BASAGLIA, F. (org.). **A instituição negada**. Rio de Janeiro, Graal, 1985.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

LAPASSADE, G. **Organizações e instituições**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

LOURAN, R. **A análise institucional**. Petrópolis: Vozes, 1982.

WEISSHAUPT, J. R. (org.). **As funções sócio-institucionais do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1985.

6º SEMESTRE

Oficina de elaboração de projetos sociais

Carga Horária Total: 60 horas

Carga Horária Teórica: 60 horas

Carga Horária Prática:

Número de Créditos: 04

Pré-requisitos: nenhum

Ementa: Elaboração de projetos sociais a partir de demandas e captação de recursos para viabilidade. Etapas de elaboração de projetos sociais. Tipos de projetos sociais. Viabilidade e relevância social do projeto. Exequibilidade, gestão, monitoramento e avaliação. Fontes de financiamentos e estratégias para captação de recursos.

Bibliografia básica:

ARMANI, D. **Como elaborar projetos?** Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial 2006.

BAPTISTA, M. V. **Planejamento social:** intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Editora Veras, 2007.

RICO, E. M. **Avaliação de Políticas Sociais:** uma questão em debate. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 1998.

Bibliografia complementar

BARREIRA, M. C. R. N. **Avaliação participativa de programas sociais**. São Paulo: Editora Veras, 2007.

BOSCHETTI, I. **Avaliação de políticas, programas e projetos sociais**. In: Capacitação em Serviço Social, direitos sociais e competências profissionais. CFESS/ABEPSS, 2009.

COHEN, E. **Avaliação de Projetos sociais**. Petrópolis –RJ, Editora Vozes, 1993.

DIONNE, H. **Pesquisa-Ação para o Desenvolvimento Local**. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

FARIA, C. A. P. de. A política de avaliação de políticas públicas. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V. 20, Nº 59, Outubro/2005.

Estágio II

Carga Horária Total: 60 horas

Carga Horária Teórica: 30 horas

Carga Horária Prática: 30 horas

Número de Créditos: 04

Pré-requisitos: Estágio I

Ementa: Aprofundamento do exercício da prática profissional através da problematização do contexto sócio-institucional. Análise do modelo de gestão desenvolvido pela instituição; Aprofundamento do exercício da prática profissional através da problematização do contexto sócio-institucional.

Bibliografia básica

BOSCHETTI, I. Expressões do Conservadorismo na formação profissional. In: **Revista Serviço Social & Sociedade: Conservadorismo, lutas sociais e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, nº 124, 2015.

BONETTI, D. A. (org) *et al.* **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez/CFESS, 1996.

SILVA E SILVA, M. O. da. **Refletindo a pesquisa participante**. São Paulo: Cortez, 1991.

Bibliografia complementar

BRAZ, M.; TEIXEIRA, J. B. O projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. CFESS/ABEPSS, 2009

BRITES, M. C., BARROCO, L. A centralidade da ética na formação profissional. **Revista Temporalis**: Brasília, ABEPSS, nº 2, 2000.

FLEURY, M. T. L.; FISCHER, R. M. **Cultura e poder nas organizações**. São Paulo, Atlas, 1992.

FALEIROS, V. P. **Metodologia e ideologia do trabalho social**. São Paulo: Cortez, 1981.

MOTA, A. E. As transformações no mundo do trabalho e seus desafios para o serviço social. In: **Revista O Social em Questão**. Rio de Janeiro, PUC, vol. 1, nº 1, 1997.

Pesquisa e Serviço Social II

Carga Horária Total: 60 horas

Carga Horária Teórica: 60 horas

Carga Horária Prática:

Número de Créditos: 04

Pré-requisitos: Pesquisa e Serviço Social I

Ementa: A investigação como dimensão constitutiva do trabalho do/a Assistente Social e como subsídio para a produção de conhecimento. A dimensão ética nas práticas de pesquisa. A elaboração do projeto de pesquisa preferencialmente a partir da realidade de estágio.

Bibliografia básica

GUERRA, Y.; BACHX, S. e REPETTI, G. O lugar da pesquisa na formação profissional: algumas questões a partir dos relatórios das regionais da ABEPSS. In: **Revista Temporalis**. Brasília: ABEPSS, ano 1, n. 1 (jan./jun.2000).

LARA, R. **Produção do conhecimento no Serviço Social**. O mundo do trabalho em debate. São Paulo: UNESP, 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: A pesquisa qualitativa em Educação – O Positivismo; A Fenomenologia; O Marxismo. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia complementar

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Thompson, 1999.

MINAYO, M. C.(org.). **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade. 4ª ed, Petrópolis: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, P. de S. (org). Metodologia das Ciências Humanas. São Paulo: Hucitec, 1998.

SIMIONATO, I. e NEGRI, F. Gramsci e a produção de conhecimento no Serviço Social Brasileiro. In: **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 13-21, jan./abr. 2017.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social** – métodos e técnicas. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

Tópicos em Educação, Habitação e Cultura

Carga Horária Total: 60 horas

Carga Horária Teórica: 60 horas

Carga Horária Prática:

Número de Créditos: 04

Pré-requisitos: nenhum

Ementa: Educação e as demandas para o Serviço Social; a questão da moradia na contemporaneidade; a diversidade cultural e o Serviço Social; a função pedagógica do Serviço Social.

Bibliografia básica

ENGELS, F. **Sobre a questão da moradia**. Tradução: Nélcio Schneider, São Paulo, Boitempo, 2015. (Coleção Marx-Engels).

MORAES, L. M. **A segregação planejada: Goiânia, Brasília e Palmas**. Ed. UCG, Goiânia, 2003.

PEREIRA, P. D.; ALMEIDA, N. L. T. de. **Serviço Social e Educação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

Bibliografia complementar

ANTUNES, R.; PINTO, G. A. **A fábrica da educação** – da especialização taylorista à flexibilidade toyotista. São Paulo: Cortez, 2017.

FREIRE, P. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez Editora, 7ª edição, 2003.

GOHN, M. G. **Manifestações e protestos no Brasil** – correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez,

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1986.

SILVA, M. M. J. da (org.). **Serviço Social na Educação: teoria e prática**. Campinas – SP: Papel Social, 2012.

Questão Agrária no Brasil

Carga Horária Total: 60 horas

Carga Horária Teórica: 60 horas

Carga Horária Prática:

Número de Créditos: 04

Pré-requisitos: nenhum

Ementa: A questão fundiária no Brasil; a concentração da propriedade e o processo de reforma agrária; Movimentos sociais no campo; Possibilidades de intervenção do Serviço Social

Bibliografia básica:

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Rio de Janeiro, Vozes, 2000.

HOBBSAWM, E. J. **Rebeldes Primitivos**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

IANNI, O. **A luta pela terra**. Rio de Janeiro, Vozes, 1978.

Bibliografia complementar:

CORDEIRO, R. e SCOTT P. **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2006.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. Trad. Jose Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARCELLINO, W. **A guerra camponesa do Contestado**. Curitiba. Editora Quem de Direito, 2005.

MARTINS, J. de S. **Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das de terras de trabalho no renascimento político do campo**. Rio de Janeiro, Vozes, 1986.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Rio de Janeiro, Vozes, 1981.

PINSKY, Jaime (org.). **Capital e trabalho no campo**. São Paulo, HUCITEC, 1979.

PRADO, JR. C. **A questão agrária**. São Paulo: Brasilense, 1979.

7º SEMESTRE

Estágio III

Carga Horária Total: 60 horas

Carga Horária Teórica: 30 horas

Carga Horária Prática: 30 horas

Número de Créditos: 04

Pré-requisitos: Estágio II

Ementa: Aprimoramento do exercício profissional, do estudo da análise do contexto institucional visando à avaliação dos programas sociais desenvolvidos pela instituição e pelo Serviço Social com vistas à formulação de um projeto de avaliação e monitoramento do projeto de intervenção social.

Bibliografia básica

BURIOLLA, M. A. F. **Estágio Supervisionado**. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

_____. **Supervisão em Serviço Social** – o supervisor, suas relações e seus papéis. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

LEWGOY, A. B. **Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para formação e exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

Bibliografia complementar

GUZZELLI, A.; ADRIANO, A. L. Formação profissional em serviço social: fundamentos e desafios ético-políticos. In: **Revista Temporalis**, nº 31, ano 16, Brasília/DF, 2016.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, nº 120. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

KOIKE, M. M. Formação Profissional em Serviço Social. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. CFESS/ABEPSS, 2009.

MATTOS, M. C. de. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de Assistentes Sociais na atualidade. **Revista Serviço Social & Sociedade**, nº 124. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

MOTA, A. E. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, nº 120. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

SILVA E SILVA, M. O. (org.). **O serviço social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 1995.

Gestão e Planejamento em Serviço Social

Carga Horária Total: 60 horas

Carga Horária Teórica: 60 horas

Carga Horária Prática:

Número de Créditos: 04

Pré-requisitos: nenhum

Ementa: O papel do planejamento no Serviço Social. Determinações conceituais de plano, programa e projeto. Concepção e metodologia de planejamento estratégico e participativo. Instrumentos e técnicas para elaboração e execução de planos, programas e projetos.

Bibliografia básica

BAPTISTA, M. Veras. O planejamento Estratégico na Prática Profissional Cotidiana. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. n.º 47. São Paulo: Cortez, 1995.

BIERRENBACH, M. I. S. **Política e planejamento social**. Brasil: 1956-1978. S. Paulo, Cortez, 1982.

FILHO, R. de S.; GURGEL, C. **Gestão democrática e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 2016.

Bibliografia complementar

BARBOSA, M. C. **Planejamento e serviço social**. São Paulo, Cortez, 1980.

BERTOLLO, K. **Planejamento em Serviço Social: tensões e desafios no exercício profissional**. In: Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun. 2016.

COHN, A. **Planejamento social no contexto da crise**. In: São Paulo em perspectiva. São Paulo, vol. 5, nº 4, 1991.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986.

Pessoa, E. **Planificação: a opção pelas classes populares**. Campinas, Papirus, 1988.

Trabalho de Conclusão de Curso I

Carga Horária Total: 60 horas

Carga Horária Teórica: 60 horas

Carga Horária Prática:

Número de Créditos: 04

Pré-requisitos: Pesquisa e Serviço Social II

Ementa: Elaboração do projeto de pesquisa empírica ou teórica com delimitação do tema de estudo que esteja vinculado, preferencialmente, às experiências de estágio.

Bibliografia básica

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. 7ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 8ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

Bibliografia complementar

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

MARTINELLI, M. L. (Org.). **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MINAYO, M. C.(org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 4ª ed, Petrópolis: Vozes, 1994.

RODRIGUES, A. de J. **Metodologia Científica: Completo e Essencial para a Vida Universitária**. São Paulo: Avercamp, 2006.

TEMPORALIS. **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social / Pesquisa e Produção de Conhecimento em Serviço Social**. Ano V., n. 9, jan/jun., 2005. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

Observação: A bibliografia será complementada pela literatura referente aos temas de pesquisa elaborados pelos discentes.

Fundamentos do Controle Social

Carga Horária Total: 60 horas

Carga Horária Teórica: 60 horas

Carga Horária Prática:

Número de Créditos: 04

Pré-requisitos: nenhum

Ementa: Marco legal do controle social. Conceitos de Democracia representativa e participativa. O modelo de controle social na Constituição Federal de 1988. Experiências de controle social: orçamento participativo os fundamentos do controle social na relação Estado e Sociedade civil em Gramsci. Análise crítica dos fundamentos do controle social.

Bibliografia básica

BRAVO, M. I; CORREIA, M. V. C. **Desafios do Controle Social na atualidade.** In: Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 109, p. 126-150, jan./mar. 2012.

CHAUÍ, M. **Cultura e Democracia:** O discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 1982.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social:** caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 1998.

Bibliografia complementar

BRAVO, M. I. Gestão democrática na saúde: o potencial dos conselhos. In: **Política Social e democracia.** São Paulo: Cortez, 2002.

COUTINHO, C. N. **Ler Gramsci, Entender a Realidade.** São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.

DEMIER, F. **Depois do golpe:** a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2017.

RANCIÉRIE, J. **O Ódio à Democracia.** São Paulo: Editora Boitempo, 2014.

SANTOS, W. G. **Cidadania e Justiça:** a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1985.

Movimentos Sociais e Serviço Social

Carga Horária Total: 60 horas

Carga Horária Teórica: 60 horas

Carga Horária Prática:

Número de Créditos: 04

Pré-requisitos: nenhum

Ementa: O Estado no quadro da mundialização do capital: funções e transformações. As classes sociais no capitalismo contemporâneo. Movimentos sociais, “antigos” e “novos”, e classes sociais. Processo de formação dos Movimentos Sociais na dialética singular/particular/universal. Os novos sujeitos sociais. Relação entre público e privado. Uma sinopse: Estado, classes e movimentos sociais na contemporaneidade brasileira.

Bibliografia básica

DURIGUETTO, M. L. e MONTANO, C. **Estado, classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2014.

FONTES, V. Capitalismo, crises e conjuntura. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 130, p. 409-425, set./dez. 2017.

BRAZ, M. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017.

Bibliografia complementar

DURIGUETTO, M. L. Movimentos Sociais e Serviço Social: termos do debate. In: **Revista Temporalis**, ABEPSS – nº 29, Brasília/DF, 2015.

COGGIOLA, O. (org.). **Globalização e socialismo**. São Paulo: Xamã, 1997.

DAGNINO, E. (org.). **Anos 90: Política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GOHN, M. G. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995.

GRAY, J. **Falso amanhecer**. Os equívocos do capitalismo global. Rio de Janeiro: Record, 1999.

JACOBI, P. **Movimentos sociais e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1989.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice**. O social e o político na pós-modernidade. S. Paulo, Cortez, 1995.

LARANJEIRA, S. (org.). **Classes e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Hucitec, 1990.

WRIGHT, E. O. **Classe, crise e o Estado**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Cultura Brasileira e a Questão Étnico-racial (Optativa 1)

Carga Horária Total: 60 horas

Carga Horária Teórica: 60 horas

Carga Horária Prática:

Número de Créditos: 04

Pré-requisitos: nenhum

Ementa: A formação étnico-racial da sociedade brasileira. A eugenia e as políticas de segregação racial no Brasil. O imaginário eurocêntrico e as bases do preconceito étnico-racial. O Movimento Negro no Brasil e as políticas de Ação Afirmativa.

Bibliografia básica

FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala**. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1987.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHWARCZ, L. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Bibliografia complementar

BORGES, E., et al. **Racismo, preconceito e intolerância**. São Paulo: Atual, 2002;

CHAIB, L. **Ogum, o rei de muitas faces e outras histórias dos orixás**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

DELGADO, I. G. (Coord.) **Vozes (Além) da África**. Tópicos sobre identidade Negra, Literatura e História Africanas. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.

HALL, S. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.

HOLANDA, S. B. de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOFBAUER, A. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

Direitos Humanos e Serviço Social

Carga Horária Total: 60 horas

Carga Horária Teórica: 60 horas

Carga Horária Prática:

Número de Créditos: 04

Pré-requisitos: nenhum

Ementa: Concepções dos direitos humanos; O debate dos direitos humanos no Brasil; Garantias formais dos direitos humanos no Brasil e sua efetividade.

Bibliografia básica

COMPARATO, F. K. **Afirmção Histórica dos Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2004.

LESBAUPIN, I. **As classes populares e os direitos humanos**. Petrópolis, Vozes, 1984.

MONDAINI, M. **Direitos Humanos no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.

Bibliografia complementar

ALVES, J. **Os direitos humanos como tema global**. São Paulo, Perspectiva, 1994.

ARENDT, H. **Origens do Totalitarismo**: Anti-Semitismo, Imperialismo e Totalitarismo. São Paulo: Ed. Companhia das Letras. 1989.

DORNELLES, J. R. W. **O que são direitos humanos**. São Paulo, Brasiliense, 1988.

GOFFREDO, G. (org.). **Direitos humanos**: um debate necessário. S. Paulo, Brasiliense, 1989.

RUIZ, J. L. S.; PEQUENO, A. C. A. **Direitos Humanos e Serviço Social**. RJ: Saraiva, 2016.
SOUZA FILHO, R. “Conselhos deliberativos: neocorporativismo brasileiro?”, in Diniz, A.; CUNHA, J. R. (orgs.). **Direitos humanos, democracia e senso de justiça**. Rio de Janeiro, Litteris, 1999.

Trabalho de Conclusão de Curso II

Carga Horária Total: 60 horas

Carga Horária Teórica: 60 horas

Carga Horária Prática:

Número de Créditos: 04

Pré-requisitos: Trabalho de Conclusão de Curso I

Ementa: Estruturação do trabalho monográfico em bases científicas, a partir dos resultados dos estudos realizados na disciplina de Trabalho de conclusão de curso I. Estudo e elaboração individual da monografia, sob orientação didático-pedagógica.

Bibliografia básica

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. 7ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 8ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

LUNA, S. V. **Planejamento de Pesquisa – uma introdução**. São Paulo: Editora EDUC, 1996.

Bibliografia complementar

CAPUTO, S. G. **Sobre entrevistas: teoria, prática e experiências**. RJ: Vozes, 2006.

MARTINELLI, M. L. (Org.). **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MINAYO, M. C.(org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 4ª ed, Petrópolis: Vozes, 1994.

RODRIGUES, A. de J. **Metodologia Científica: Completo e Essencial para a Vida Universitária**. São Paulo: Avercamp, 2006.

TEMPORALIS. **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social / Pesquisa e Produção de Conhecimento em Serviço Social**. Ano V., n. 9, jan/jun., 2005. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

Observação: A bibliografia será complementada pela literatura referente aos temas de pesquisa elaborados pelos discentes.

Sociedade, território e natureza (Optativa 2)

Ementa: Histórico do processo da relação homem e natureza; Documentos oficiais de políticas ambientais e legislações; A questão ambiental e sua incorporação ao conceito de desenvolvimento, ecodesenvolvimentos e desenvolvimento sustentável. Impactos ambientais no estado do Tocantins. Conflitos territoriais; agricultura capitalista. Questão agrária.

Bibliografia Básica

ABREU, M. H. E. **Território, Política Social e Serviço Social**. São Paulo: Papel Social, 2016.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. **Conflitos sociais na fronteira Amazônica: Projeto Rio Formoso**. Campinas, SP: Papirus; Goiânia: Elege Publicidades e Editora LTDA, 1996.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

Bibliografia complementar

DIEGUES, A. C. (Org.) **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo, 2000.

_____. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo, Hucitec, 1996l CAMPOS. In: KRAHL, Mara F.L.: **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: LGE editor, 2006.

FARIAS JR, E. de A. Do Rio dos Pretos ao Quilombo do Tambor. In; SAUER, Sérgio. ALMEIDA, W.(org) **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Brasília; Editora da UNB, 2011.

LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MARÉS, F. C. **A função social da terra**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

MAURO, Vitor Ferri; OLIVEIRA, Jorge Erenites de. **Violência e expropriação fundiária na chegada da frente pioneira à micro-região do médio Tocantins-Araguaia**. Entre-Lugar, Dourados, MS, ano 1,n.2, p. 93-118, 2010.

Libras – Língua Brasileira de Sinais (Optativa 3)

Carga Horária Total: 60 horas

Carga Horária Teórica: 30 horas

Carga Horária Prática: 30 horas

Número de Créditos: 04

Ementa: Introdução aos principais aspectos históricos da Língua Brasileira de Sinais. Cultura e comunidades surdas. Noções básicas de fonologia, morfologia e de sintaxe. LIBRAS como Língua oficial da comunidade surda brasileira e como segunda língua para alunos ouvintes. Atividades práticas em LIBRAS. A expressão visual-espacial como forma de comunicação.

Bibliografia básica

ARANTES, V.A. (Org); SOUZA, R.M.; SILVESTRE, N. **Educação de surdos**. São Paulo: Summus, 2007. Coleção pontos e contrapontos.

FERNANDES, E. (Org.). **Surdez e bilinguismo**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

SKILIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2002.

CAPOVILLA, F.; RAPHAEL, V. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue – Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**. (vol. I e II). São Paulo: EDUSP, 2001.

GÖES, M.C.R. **Linguagem, Surdez e Educação**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 1996.

QUADROS, R. M. de. **Educação de Surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SÁ, N. R. L. **Cultura, poder e educação de surdos**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002.

4.3.7 Metodologia

A metodologia do curso de Serviço Social/Pronera tem por princípio metodológico a interdisciplinaridade, o desenvolvimento do espírito crítico e científico, o comprometimento com a formação de sujeitos autônomos e com a emancipação humana. A educação e sua metodologia de ensino tem um papel importante na formação de profissionais e, adentrando ao campo específico do Serviço Social, foco deste projeto pedagógico, ressaltamos o grande avanço da profissão por meio do seu Projeto Ético Político, composto pelo Código de Ética e seus princípios que norteiam o exercício profissional, as Diretrizes Curriculares da Área de Serviço Social e também o conjunto CFESS/CRESS que tratam das especificidades da profissão. Os princípios são expressões e a materialização da luta pela consolidação da hegemonia do projeto ético-político do Serviço Social, envolvidos nos âmbitos da formação universitária e do exercício profissional.

Ao abordar a formação profissional, Iamamoto (2000, p. 72-73) nos deixa uma contribuição quanto à formação profissional do assistente social:

[...] o que se busca é uma formação generalista, ampla e densa, que permita ao assistente social situar-se no mundo contemporâneo, fazer a leitura dos processos sociais em propostas e frentes de trabalho. Enfim indagar a realidade, produzir conhecimentos significativos para a sociedade e projetar ações pertinentes. A defesa do projeto ético-político do Serviço Social ante a crise contemporânea exige que se aproprie do processo da 'reforma do ensino superior'. Estabelecer um diálogo crítico com suas justificativas, antecipar-se na formulação de respostas às propostas instituídas. É fundamental assegurar a unidade na condução política do debate no âmbito das entidades de representação da categoria e, particularmente, junto às unidades de ensino [...] E ampliar as formas e canais de defesa do ensino superior a serviço da coletividade.

Conforme Masetto (1998, p. 14-15) a formação profissional envolve a categoria da totalidade social que expressa o desenvolvimento dessa área de conhecimento, mas também está relacionada ao aspecto afetivo-emocional, habilidades, atitudes e valores. Com o foco no processo de aprendizagem, o autor valoriza uma formação de profissionais sob a ótica da totalidade, não só de conhecimentos, mas envolvendo atitudes e valores (pessoais, como profissionais) tais como, democracia, participação, compromisso e ética, pois:

Vale ressaltar que a “ênfase na aprendizagem como paradigma para o ensino superior alterará o papel dos participantes do processo: ao aprendiz cabe o papel central de sujeito que exerce as ações necessárias para que aconteça sua aprendizagem – buscar

as informações, trabalhá-las, produzir um conhecimento, adquirir habilidades, mudar atitudes e adquirir valores. O professor terá substituído o seu papel exclusivo de transmissor de informações para o de mediador pedagógico ou de orientador do processo de aprendizagem de seu aluno” (MASETTO, 2006, p. 83).

Para tanto a escolha de estratégias metodológicas deve permitir que o aluno adquira informações e, ao mesmo tempo reconstrua seu conhecimento, para que ele possa debater o assunto e manifestar seu posicionamento a respeito. Nessa perspectiva, a aula deve ocorrer não somente na universidade, mas deve extrapolar os muros universitários e se comungar com outros espaços que proporcionem a articulação da teoria com a prática.

Através do acompanhamento do professor de Estágio Supervisionado, o aluno desenvolverá uma atividade teórico-prática de crescente complexidade, com o fim de efetivação e a compreensão da intervenção profissional em áreas de trabalho determinadas. Assim, no caso da formação de assistentes sociais voltados para a intervenção no mundo rural priorizará os campos de estágios em projetos de extensão com o objetivo de desenvolver junto a essas comunidades possibilidades de ampliação da cidadania e acesso a direitos sociais. Entretanto, o estágio também poderá ocorrer em espaços tradicionais, como exemplo, nas políticas de assistência social, saúde, habitação, e etc. Também será realizado visitas técnicas em diversos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais.

Por ser uma turma especial que visa fortalecer a atuação dos assistentes sociais no meio rural, buscando a permanência desses profissionais em sua região, a formação do curso de Serviço Social/Prónera tem por princípio a pedagogia da alternância, que pressupõe tempos de aprendizados e formação profissional na universidade e no campo, como forma de fortalecer as relações dos acadêmicos e profissionais com a realidade rural tocantinense. Busca, sobretudo, valorizar conhecimentos das comunidades tradicionais advindas do meio rural com o objetivo de instrumentalizá-las na busca por melhores condições de vida, reforçando a prática de desenvolvimento econômico e social sustentável, pautado na solidariedade e no sentido de comunidade. Tudo isso perfaz um aprendizado que não permite ao educando apenas uma transmissão de conhecimento, mas que possa ressignificar conhecimentos de sua realidade em troca mútua com docentes e demais envolvidos na formação.

Assim, cada disciplina teórica prevê 70% de seu conteúdo ministrado na universidade e outros 30% em atividades na comunidade, conforme os planos de aulas desenvolvidos pelos docentes. Essas atividades podem ser escritas, oficinas, cursos, visitas aos assentamentos e acampamentos, palestras e etc. sob a supervisão acadêmica do professor da disciplina.

Dessa forma, cada disciplina precisará de cinco dias e meio para cumprir a carga horária

de 42 horas no tempo universidade e as demais 18 horas serão cumpridas na comunidade, perfazendo 70% do tempo na universidade e 30% do tempo comunidade respectivamente. Para fins didáticos pedagógicos será organizado uma escala de professores com a alternância de dias sendo que a cada duas semanas terá dois professores com duas disciplinas, a fim de não prejudicar o andamento das turmas regulares de Serviço Social. Enfim, a metodologia deve estar calcada em relações dialógicas, trabalho coletivo, discussões críticas e reflexivas aliadas à pesquisa e a extensão.

Atividades de tempo Escola.

A partir das experiências dos cursos de graduação do Pronera, estabelecemos a proposta pedagógica em dois momentos, uma de 70% da disciplina na universidade, denominada de tempo escola e os demais 30%, de tempo comunidade, sob a forma de trabalho dirigido e executado na própria comunidade. Conforme orientações das normativas do manual do Pronera (2014, p. 40) o calendário atenderá “às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas”.

O tempo escola consiste num momento intensivo com a presença direta dos(as) estudantes na Universidade Federal do Tocantins-campus Miracema, onde participarão de atividades organizadas através de tempos educativos (aulas, oficinas, atividades complementares, trabalhos, grupos de estudos, seminários, pesquisas e atividades práticas, extensão, pesquisas e etc.), de acordo com a proposta metodológica de cada disciplina. Este tempo presencial terá como procedimento didático fundamental a perspectiva dialógica.

Atividades do tempo comunidade

Esse momento é o tempo de retorno e de atuação direta dos estudantes no cotidiano do seu local de moradia, realizando trabalhos das unidades curriculares numa perspectiva interdisciplinar, integrados às atividades nas organizações em que estão engajados, conforme o planejamento destas, articulando a formação teórica com a prática. O tempo escola e tempo comunidade constituem a unidade do semestre e serão articulados de forma a garantir a realização das atividades pedagógicas previstas em cada disciplina.

No tempo comunidade os (as) alunos realizarão atividades específicas de conhecimento da particularidade da realidade social local, além da finalização dos trabalhos das disciplinas, conforme prevê o cronograma. As atividades desenvolvidas durante o tempo comunidade serão avaliadas e incorporadas, a cada etapa, no tempo escola e devidamente acompanhadas pelo

docente da disciplina em parceria com o professor orientador. Sendo que caberá ao professor da disciplina propor em seu plano de curso as atividades a serem desenvolvidas por seus alunos que terão apoio do professor orientador no desenvolvimento das mesmas, pois este fará visitas aos assentamentos para acompanhar e orientará o desenvolvimento dessas atividades.

Nessas visitas o professor orientador terá o apoio administrativo e pedagógico para marcar com os alunos os dias que estará no assentamento, além de buscar o local mais adequado para reunir os estudantes das proximidades em uma perspectiva de potencializar recursos, contribuir com a produção do tempo comunidade em atividades em grupo, de forma interdisciplinar. No decorrer do tempo comunidade será necessário que os/as acadêmicos (as) recebam essa visita a fim de terem suas atividades acompanhadas com a orientação docente.

No tempo comunidade serão passados estudos complementares das disciplinas – preparados pelos/as professores/as do curso como forma de garantir a interdisciplinaridade e a continuidade do conhecimento;

O professor orientador acompanhará a elaboração dos registros no Caderno de Acompanhamento - de todas as atividades (práticas e teóricas) realizadas, em parceria com o professor da disciplina e ainda da coordenação pedagógica;

No tempo comunidade os alunos serão orientados a realizarem pesquisas, organizadas e orientadas pelos/as professores/as do curso. As atividades do tempo comunidade serão desenvolvidas sob a responsabilidade dos/as professores/as das disciplinas, do professor orientador e coordenadas e acompanhadas pela equipe responsável pelo Curso sob a responsabilidade do coordenador pedagógico, de acordo com a disponibilidade do/a educando e suas atividades discentes. Todas as atividades do tempo comunidade deverão estar articuladas com as disciplinas e/ou atividades desenvolvidas em cada etapa presencial e nas escolas, na comunidade, nos assentamentos e nos movimentos sociais onde eles desenvolvem seu trabalho.

Todos os tempos, com exceção do tempo escola são apenas uma referência na montagem da proposta metodológica, podendo ser flexibilizada de acordo com o processo pedagógico do curso e não numa ordem rígida. O acompanhamento e a avaliação das atividades do tempo comunidade serão realizados pelo professor orientador, pela coordenação pedagógica, pelos professores das disciplinas e pelos/as monitores/as.

Esta proposta de educação dispõe de um coordenador geral, um coordenador pedagógico e um professor orientador, professores das disciplinas que são responsáveis pela execução geral das atividades pedagógicas e práticas do projeto e dez monitores estudantes da turma de Serviço Social/Pronera, que terá a função de acompanhar as visitas nos assentamentos

e Reassentamentos, acompanhando o coordenador professor orientador e/ou Auxiliar da Coordenação pedagógica.

4.3.8 Interface pesquisa, extensão e pós-graduação

Conforme Projeto Pedagógico do Curso regular de Serviço Social da UFT⁷, o debate sobre a pesquisa, a extensão e a pós-graduação no curso de Serviço Social passam a tomar densidade a partir da reconceitualização da profissão, no tempo histórico da transição das décadas de 1970 para 1980. A compreensão da necessidade do aprofundamento e cristalização da pesquisa no âmbito da formação e do exercício profissional passa a se configurar como estratégia na tentativa de superação do pragmatismo, do empirismo e do formalismo. O desenvolvimento de pesquisa e o amadurecimento do significado da dimensão investigativa tomam um novo corpo e espaço no projeto de formação profissional, fortalecido pela criação dos programas de pós-graduação em Serviço Social no final da década de 1970 e consequentemente com a produção de conhecimento científico advinda das pesquisas desenvolvidas nesse espaço.

Assim, o curso de Serviço Social/Pronera visa ofertar uma formação profissional em consonância com os debates e orientações da ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, “entidade que visa propor e coordenar a política de formação profissional na área de Serviço Social, fundada em 1946, sob a denominação de Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social – ABESS”. A partir de 1998, pautada em uma concepção de formação profissional como um processo que compreende a relação intrínseca entre graduação e pós-graduação, passa a ter como foco central a formulação e implementação de estratégias que permitam a articulação entre estes dois níveis e, ainda, definir uma política de pesquisa da área de Serviço Social que priorize eixos, temas e abordagens, potencializando esforços e recursos tendo em vista a qualificação da produção e o fortalecimento e consolidação do Serviço Social como área de produção do conhecimento” (ABEPSS, 2009).

As novas diretrizes curriculares do curso de Serviço Social elaboradas pela ABEPSS apontam para o desafio de se manter uma postura crítica diante da realidade social, garantindo e ampliando as conquistas alcançadas historicamente pela profissão. Para tanto, o documento aponta como princípio da dimensão profissional o “estabelecimento das dimensões investigativas e interventivas como princípios formativos e condição central da formação

⁷ Trechos contidos no Projeto Político Pedagógico do curso de Serviço Social UFT em vigência.

profissional e da relação teoria e realidade [...] e a indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão” (ABESS/CEDEPSS, 1997).

Isso mostra a relevância que a pesquisa e a extensão têm para o desenvolvimento da habilidade de construir conhecimentos que subsidiem a intervenção do profissional de Serviço Social. Essa preocupação está relacionada à estratégia de incentivar a atitude de permanente curiosidade, reflexão e investigação acerca da realidade social, para assim intervir de forma estratégica, crítica e propositiva. Afinal, “ninguém hoje ousaria negar a evidência de que toda ciência é comprometida. Ela veicula interesses e visões de mundo historicamente construídas e submete e resiste aos limites dados pelos esquemas de dominação vigente” (MINAYO, 1996).

Potencializando o caráter eminentemente interventivo da profissão, mas, uma intervenção atrelada ao conhecimento aprofundado e crítico da realidade a receber a intervenção profissional, por meio da unicidade entre ensino, pesquisa e extensão no processo de formação, com vistas a garantir um exercício profissional condizente com os objetivos e metas, propostos nesse Projeto Pedagógico de Curso, terá como traço particular a realidade rural, através da metodologia dialógica e pedagogia da alternância.

É justamente por isso que o acompanhamento dos processos sociais e a pesquisa da realidade social passam a ser encarados como componentes indissociáveis do exercício profissional, e não como atividades complementares, que podem ser eventualmente realizadas, quando se dispõe de tempo e condições favoráveis. Isso porque, o conhecimento da realidade social sobre a qual irá incidir a ação transformadora do trabalho, segundo propósitos preestabelecidos, é pressuposto daquela ação, no sentido, de tornar possível guiá-la na consecução das metas estabelecidas (IAMAMOTO, 1998).

Para tanto, a dimensão investigativa deverá ser trabalhada de forma transversal no processo de formação acadêmica, iniciada no primeiro semestre e desencadeada ao longo dos semestres subsequentes e contemplada em todas as disciplinas que constituem a grade curricular do curso de Serviço Social, tendo como espaço privilegiado as disciplinas: a) Metodologia do Trabalho Científico; b) Pesquisa em Serviço Social I; c) Pesquisa em Serviço Social II; d) Estágio I; e) Estágio II; f) Estágio III; g) Trabalho de Conclusão de Curso –TCC I; h) Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II.

A partir do semestre letivo, em que se inicia o Estágio, as atividades de pesquisa deverão, preferencialmente, estar atreladas com o campo e temática ao qual o/a acadêmico/a encontra-se realizando o seu Estágio, com intuito de fortalecer o processo de conhecimento da realidade do campo de estágio e das possíveis intervenções a serem desenvolvidas nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Gerando assim, a necessidade constante de diálogo e

transversalidade entre as unidades referentes ao Estágio com as disciplinas específicas de Pesquisa, a fim de qualificar o processo ensino-aprendizagem e consequentemente a formação e o exercício profissional.

Conforme estudo realizado para a elaboração do projeto de mestrado em Serviço Social, o curso regular possui atualmente cinco (05) grupos de pesquisas cadastrados no CNPq e vinculados a essa proposta. Deve-se ressaltar que os grupos enfatizam seu caráter interdisciplinar, pois além de pesquisadores do Serviço Social, também abrangem pesquisadores de cursos de graduação em psicologia, história, ciências sociais, educação física e o direito. São eles⁸:

1.Grupo de Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GPSSFEP). Criação: 2008. O grupo objetiva essencialmente: a) Articular a formação e o exercício profissional do Assistente Social para fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social através de produções científicas; b) Viabilizar o desenvolvimento de pesquisas para o aprimoramento do debate sobre o Serviço

Social no âmbito da formação e do exercício profissional diante da direção social estratégica e hegemônica da profissão.

2.Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos. Criação: 2009. O núcleo tem por objetivo: a) desenvolver pesquisas e extensão sobre a dinâmica da violência com base nas hierarquias sexuais e de gênero, promovendo a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos numa perspectiva laica e democrática.

3.Grupo de Estudos e Pesquisa em Política Social, Intersetorialidade e Interdisciplinaridade (GEPSI). Criação: 2011. Tem por objetivos: a) Desenvolver pesquisas e extensão no âmbito da UFT, garantindo o caráter interdisciplinar na produção e divulgação de saberes no campo das políticas sociais e da cidadania; b) Estimular a participação e publicações de docentes, discentes e supervisores de estágio em eventos de caráter técnico e acadêmico no intuito de socializar resultados de pesquisas e sistematizações realizadas no âmbito das políticas sociais, do serviço social e dos direitos sociais; c) Promover a integração de pesquisas e pesquisadores sobre o tema; d) Estabelecer aproximação entre a prática de pesquisa e o debate teórico da política social concernente ao contexto regional.

4. Grupo de Estudos e Pesquisas em Ética e Área Sociojurídica (GEPE-ASJ). Criação: 2013. O grupo tem por objetivos: a) Fortalecer a pesquisa na UFT, no estado do Tocantins e no Brasil, sobre a ética e o Serviço Social na dimensão sociojurídica; b) Produção do conhecimento

⁸ Trechos contidos no documento do projeto de mestrado em Serviço Social da UFT, elaborado para fins de aprovação junto à Capes.

a partir de pesquisas e publicações sobre a área sociojurídica; c) Colaborar com a produção de quadros profissionais qualificado no debate sobre o sociojurídico e o Serviço Social. d) Fortalecer a extensão na UFT e no estado do Tocantins considerando a área sociojurídica.

5. Grupo de Estudos e Pesquisas em Proteção Social e Famílias (GEPPSFAM). Criação: 2015. O Grupo tem por objetivos: a-) Desenvolver Pesquisas e Extensão que fomenta as discussões no âmbito da Proteção Social e Famílias; b-) Fomentar rede de pesquisas sobre temas pertinentes ao Serviço Social, Proteção Social e Famílias; c-) Corroborar com o posicionamento da profissão em Serviço Social, defendendo as políticas de proteção social e sua gestão democrática e do debate de várias formas e ser e estar em família. Considerando a formação em nível de graduação, o corpo docente da UFT propiciou a formação de cento e sessenta e sete (167) estudantes.

Nesse sentido, as produções de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) se configuram com o seguinte aspecto: 11,4% em Trabalho, Questão Social e Serviço Social; 34,1% em Política Social e Serviço Social; 6,6% em Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; 0,6% em Movimentos Sociais e Serviço Social; 6% em Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; 28,7% em Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades e 12,6% em Ética, Direitos Humanos e Serviço Social.

Para consolidar as pesquisas a partir da pós-graduação, em 2016 uma comissão de docentes elaborou o projeto de especialização *latu sensu* sob o título “Serviço Social e Política Social” (Resolução CONSEPE nº 03 de 22 de março de 2017). Trata-se de uma especialização pública e gratuita, com duração de dezoito (18) meses, composta em sua maioria por um quadro de professores doutores. A seleção dos estudantes se deu via edital público com critérios de acesso relacionado à produção intelectual e à experiência profissional, restando a composição de uma turma com 31 estudantes. No decorrer do processo seletivo houve uma considerável procura, em função da demanda que não é atendida no estado, no que concerne à oferta de cursos de pós-graduação *latu sensu* gratuitos na área de Serviço Social.

Nesse sentido, a turma especial de Serviço Social/Pronera irá fortalecer as pesquisas e a extensão na área, com vistas a propiciar oportunidades de formação qualificada de segmentos historicamente excluídos do ensino superior. Além disso, o curso regular de Serviço Social vem discutindo e elaborando o seu projeto de mestrado acadêmico em Serviço social e para tanto, aprovou-se a seguinte área de concentração e duas linhas de pesquisa que deverão aglutinar as atividades de pesquisa, extensão e ensino na graduação, conforme abaixo:

Área de concentração: **Serviço Social, Questão Social e Direitos Sociais**

Esta área de concentração reúne estudos e pesquisas que propiciam a formação e a produção de conhecimentos voltados para o Serviço Social, a questão social e os direitos sociais. A questão social como “objeto” de intervenção do Serviço Social requisita um constante aperfeiçoamento teórico-metodológico para a compreensão da sociedade burguesa, as lutas de classe, os movimentos sociais e a defesa de direitos sociais. Os conteúdos das disciplinas estão articulados à área de concentração e se evidenciam nos objetos de pesquisa que estão relacionados a estudos sobre a profissão, sobre às expressões da questão social e os direitos sociais, realizados junto aos grupos de pesquisa e também se evidenciam na produção dos docentes, no debate nacional e levando em consideração as particularidades regionais.

Linha 1: Movimentos Sociais, Estado e Política Social

Reúne conteúdos que contemplem estudos e pesquisas sobre as configurações do Estado capitalista, os movimentos sociais, as organizações e sujeitos frente às desigualdades sociais engendradas no modo de produção capitalista. A configuração dessa linha se dá a partir de produções e experiências que estão sedimentadas em torno do eixo dos direitos, especialmente no âmbito da seguridade social e da política social na América Latina, conceitos e configurações sócio históricas. Comportam experiências profissionais que privilegiem as classes sociais e suas Intersecções entre gênero, sexualidade, raça/etnia e geracional, as demandas de grupos e comunidades tradicionais; as políticas sociais setoriais, a intersetorialidade e a interdisciplinaridade no contexto das particularidades regionais.

Linha 2: Trabalho, Serviço Social e Formação Profissional

Voltada para conteúdos relacionados aos fundamentos do trabalho e da sociabilidade; as crises do capital e a centralidade do trabalho na conformação da questão social; as formas de organização e gestão do trabalho e seus impactos na vida social, nas expressões da questão social; como afetam as atribuições, as competências, as requisições na formação e no trabalho do assistente social. Privilegia as bases fundamentais da profissão, seu significado social, funções e intervenções em face às desigualdades sociais.

Em relação à extensão, o curso contará com um programa de extensão que está sendo reconfigurado para realizar intervenções na realidade rural e intitula-se “Assessoria em Serviço Social aos movimentos sociais” que já vem desenvolvendo atividades de extensão junto à

assentamentos do MST, portanto, já vem acumulando uma prática de atuação junto à esse segmento. O programa de extensão visa articular os projetos de extensão, a pesquisa e o ensino para o fortalecimento do tripé ensino-aprendizagem-pesquisa-extensão. A assessoria aos movimentos sociais é pouco estudada na Universidade Federal do Tocantins, UFT - principalmente no Campus Universitário de Miracema. Pensando nisso, escolhemos trazer essa temática para dentro da universidade como também para o MST, em relação aos assentamentos e acampamentos, através de debates e reflexões.

O processo de aprendizagem deve se dar de forma articulada ao ensino da prática profissional e a pesquisa, tendo a extensão como espaço privilegiado para seu desenvolvimento. Além das atividades de leitura, o projeto prepara atividades de inserção dos estagiários junto aos movimentos sociais e instituiu a realização anual de Encontros intitulado “A UFT e as lutas sociais”, trazendo em cada ano o debate para fortalecer um determinado movimento social ou buscando a articulação desses em frentes. Uma das atividades que são realizadas de forma articulada com o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Social, Intersetorialidade e Interdisciplinaridade (GEPSI) na Universidade Federal do Tocantins são leituras a respeito dos marcos legais que regem as políticas públicas sociais direcionadas aos Movimentos Sociais e no âmbito da assessoria e consultoria realizando ações sociais coletivas de caráter social e cultural que viabilizam distintas formas de se organizar e expressar as demandas da sociedade.

4.3.9 Interface com programas de fortalecimento do ensino, monitoria, PET e etc.

A UFT possui um programa de fortalecimento do ensino de graduação, denominado PIM – Programa Institucional de Monitoria junto à Prograd (Pró-reitoria de graduação), o qual destina duas (02) vagas para aluno/a monitor/a remunerada para auxiliar nas atividades didático-pedagógicas dos docentes. Em relação a esse programa e também ao Programa Especial de Tutoria – PET, o curso de Serviço Social/Pronera tem interesse em apresentar propostas e estabelecer a interface com esses programas que buscam o fortalecimento e a melhoria da graduação para melhor atender aos discentes.

O projeto prevê um monitor para cada seis (06) estudantes, no sentido de auxiliar na inserção dos educandos nos projetos de Assentamentos, e na realização dos intercâmbios culturais, esses monitores serão acompanhados pelo professor orientador, conforme detalhado no item 4.2 que dispõe sobre a coordenação acadêmica.

4.3.10 Interface com atividades complementares⁹

As Atividades Complementares constituem-se em espaços privilegiados para ampliação do universo cultural e informacional dos acadêmicos. Em consonância com a proposta de uma boa formação teórico-prática o curso de Serviço Social prevê além do conjunto dos elementos teóricos obrigatórios presentes nas disciplinas, as atividades complementares, com carga horária de 135 horas, de caráter obrigatório e que integram o conjunto dos componentes obrigatórios para a formação dos/as acadêmicos/as.

Dentre as atividades complementares, além das previstas na Resolução Nº 004/2005 (009/2005 dispõe sobre alterações na Resolução nº 04/2005, que traz o regulamento das Atividades Complementares nos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Tocantins) do Consepe, que regulamenta esta questão podem ser destacadas as atividades previstas na Resolução nº 15 de 13 de março de 2002: “monitoria, visitas monitoradas, viagens técnicas, iniciação científica, pesquisa de campo, projetos de extensão, participação em seminários, publicação de produção científica e outras atividades definidas no plano acadêmico do curso”.

As atividades complementares podem ser definidas como:

- **Visitas monitoradas e viagens técnicas:** constituem-se em instrumentos de conhecimento de experiências alternativas e exitosas de trabalho profissional, bem como de expressões da questão social que se apresentem como demandas específicas para o Serviço Social ou manifestações culturais. Terão seus objetivos, definição de conteúdos e disciplinas envolvidas estabelecidos em projetos elaborados pelo curso, de forma a favorecer a interdisciplinaridade, e serão sempre acompanhadas por professor.
- **Iniciação científica:** atividade de pesquisa desenvolvida pelo aluno, individualmente e/ou em grupos, objetivando o desenvolvimento do espírito investigativo e a iniciação à pesquisa, sob a orientação de professor.
- **Monitoria:** atividade desenvolvida pelo aluno, oportunizando-lhe a experiência do exercício de atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão, junto a uma disciplina, sob a orientação de seu professor.

⁹ Texto referente às atividades complementares previstas no Projeto Pedagógico do curso regular de Serviço Social da UFT vigente (PPC/2010, p. 128-9)

- **Pesquisa de campo:** envolve a participação do aluno na coleta de dados empíricos geralmente referentes a levantamentos sócio-econômicos ou pesquisas de demandas da população usuária do Serviço Social, propiciando o desenvolvimento de habilidades técnicas e instrumentais de conhecimento da realidade social.

- **Projetos de Extensão:** participação contínua em projetos de extensão para acúmulo de vivências e experiências voltadas a realidade social em torno de uma área específica do Serviço Social através de um espaço sócio-ocupacional do Assistente Social. A participação em projetos de extensão enquanto atividade complementar não pode estar atrelada ao estágio.

- **Participação em eventos científicos:** compreende a participação em Congressos, Jornadas, Seminários, Encontros, Colóquios, Oficinas, palestras e demais eventos científicos profissionais, mediante apresentação de trabalhos, quando promovidos por outras instituições.

As atividades complementares deverão cumprir uma carga horária de 135 horas durante o curso que deverão ser computadas no 7º e 8º semestres. Deverá ficar a cargo de uma comissão de docentes para validação e registro dessas atividades, além da divulgação e controle das mesmas.

4.3.11 Estágio Curricular Obrigatório e não obrigatório

Foi a partir das duas últimas décadas do século XX, que o Serviço Social no Brasil estabeleceu seus pilares para o fortalecimento e o acúmulo teórico-metodológico, potencializado pela produção acadêmico-científica, possibilitando a mobilização e a formação profissional em torno de um projeto ético-político profissional crítico. Conforme a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), esse período expressa as profundas transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, mudanças marcadas pelo aprofundamento da relação capital e trabalho nos âmbitos da organização do capital e demarcados pela reestruturação produtiva, pela contrarreforma do Estado e principalmente pelas novas formas de enfrentamento da questão social, apontando inclusive para a alteração das relações entre o público e o privado alternando as demandas profissionais (ABEPSS, 1996).

Nesse movimento é que as Diretrizes Curriculares para a formação em serviço social, anunciam e demarcam a base da formação e apontam princípios, dentre eles: a flexibilidade nos

currículos e uma dinâmica que proporcione o uso de várias técnicas para se atingir o conhecimento, como seminários temáticos, oficinas e atividades complementares. Há, sobretudo, a necessidade de rigor teórico, histórico e metodológico que propicie a compreensão dos desafios a serem enfrentados pelo profissional no universo da produção e reprodução da vida social.

As diretrizes curriculares elaboradas pela ABEPSS concebe o estágio supervisionado como:

[...] uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio (ABEPSS, 1996, p.18).

Nesse sentido, é importante ressaltar a questão sobre o ensino da prática, o lugar que ocupa nessa formação e em quais princípios deve se apoiar. As diretrizes apontam que o estágio supervisionado é uma atividade que privilegia a inserção do aluno no espaço sócio institucional com o objetivo de capacitá-lo para o exercício profissional e pressupõe uma supervisão sistemática e direta. Isto significa que a supervisão deve ser feita obrigatoriamente pelo professor supervisor e pelo profissional de campo, propiciando a reflexão, o acompanhamento e a sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre a unidade de ensino e a unidade do campo de estágio.

Destacamos o propósito da formação de estar comprometida com o desenvolvimento que privilegie o domínio e a articulação das competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Isto significa uma apropriação da instrumentalidade do Serviço Social por parte dos profissionais, materializando-se como uma atividade racional e social, visando a transformação social.

No que tange à formação profissional, os campos para realização de estágios se constituem importantes espaços para a reflexão e a relevância das bases teórico-metodológicas da profissão, que se constituem recursos essenciais para que o assistente social as acione no exercício de seu trabalho, pois “contribuem para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo em que a moldam” (IAMAMOTO, 2003, p. 63).

Para o curso de Serviço Social/Pronera da Universidade Federal do Tocantins instalado no campus de Miracema do Tocantins, prevê em sua política de estágio, que os alunos devem iniciar seu estágio no quinto (5º) semestre do curso e essa fase tem duração de três semestres

subsequentes, finalizados no sétimo (7º) semestre.

Para melhor compreensão dessa dinâmica, vale observar que o estado do Tocantins é constituído por 139 municípios, dos quais 129 são considerados de pequeno porte, ou seja, com menos de 20 mil habitantes. Hoje muitos desses municípios já possuem assistentes sociais em número suficiente para receber alunos para a realização do estágio, tendo em vista a normatização a ser seguida do conjunto CFESS/CRESS, de nº 533/2008.

Sobre a viabilidade de estágio na região é necessário registrar que o curso regular de Serviço Social iniciado no segundo semestre de 2007 teve várias dificuldades em relação à disponibilidade de abertura de campos de estágio. Hoje essa realidade se alterou significativamente, pois houve um maior desenvolvimento das políticas públicas nas cidades do entorno de Miracema: Lajeado, Tocantínia, Rio dos Bois, Miranorte e etc., em virtude do próprio desenvolvimento da pós-graduação em Serviço Social, o que fortaleceu as relações institucionais entre assistentes sociais de campo e professores supervisores.

Convém considerar a particularidade da região e os aspectos locais ou, ainda, no âmbito regional, as características que indicam que o poder público oferece o maior número de vagas para os estágios. A realização do estágio na formação dos estudantes se dá a partir do quinto (5º) semestre, e esse momento envolve o/a estudante em um processo de formação educativa que implica outras dimensões, como explica Alzira Lewgoy: os alunos com as suas múltiplas e históricas necessidades, de ordem material, afetiva, política e ética, e quem, pela necessidade, e pelo desejo, poderá alterar de forma coletiva ao que está instituído” (LEWGOY, 2009, p. 31).

O campus de Miracema se encontra na região central do estado, e está aproximadamente a um quilômetro do município de Tocantínia, com 6.736 habitantes, dividido pelo rio Tocantins. Miracema está a 23 quilômetros de Miranorte, a 46 quilômetros de Rio dos Bois, a 25 quilômetros de Lajeado. Fortaleza do Tabocão está a 70 quilômetros de Miracema. Todos esses municípios já oferecem vagas para estágio para o curso de serviço social. Nesse sentido, acrescentamos que os/as estudantes do curso de serviço social/Pronera também poderão realizar seus estágio nos municípios mais próximos aos assentamentos onde vivem seus familiares, principalmente porque o curso prevê que os/as estudantes estão vinculados a universidade e estudam a partir da metodologia da alternância.

Os fundamentos aqui apresentados se apoiam nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, aprovadas pelo MEC (2002) – Resolução CFESS Nº 533, de 29 de setembro de 2008 que Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social, Lei do Estágio 11.788/2008 e Política Nacional de Estágio – PDE (ABEPSS/2010).

Lembramos também que os espaços sócio-ocupacionais que oferecem campos de

estágio, serão visitados previamente e cadastrados para que possam assim proceder com a apresentação do campo de estágio e para a realização do convênio com a UFT. Outro ponto a ser destacado em relação aos estudantes ao serem inseridos no campo de estágio estarão regularmente matriculados no curso de Serviço Social/Pronera, curso especial aprovado conforme Convênio nº 09/2017 SEI/INCRA Nº 0184362.

As visitas aos campos de estágio serão realizadas com a presença dos estudantes e dos Assistentes Sociais Supervisores de campo de estágio. Nesse percurso de formação, o estudante será acompanhado em todo o período de estágio, desde sua execução e a avaliação do plano de estágio até a finalização do processo de formação.

A inserção do/a estudante no estágio supervisionado será feita mediante os protocolos definidos para essa atividade e também caberá ao estudante elaborar seu Plano de Estágio, atendendo as normativas e demandas da instituição e também deve contar com os envolvidos no processo de formação e estágio supervisionado, sendo esses os docentes que são os supervisores acadêmicos, os discentes e assistentes sociais supervisores de campo. É importante destacar que o planejamento da intervenção dos/as estudantes no espaços sócio-ocupacionais ofertados para estágio durante o semestre, deverá ser elaborado em conjunto com a instituição e considerando os aportes teóricos já processados e elaborados conjuntamente pelo professor, pelo Assistente Social supervisor e estagiário.

O Estágio Supervisionado I ao III (Processo de Intervenção) 5º, 6º e 7º semestres, com 135 h de carga horária por semestre (total de 3 semestres=405 horas), com atividades exercidas nos campos de estágio, proporcionando a formação acadêmica e a articulação entre o ensino, pesquisa e extensão a partir dos aportes constituintes dos eixos materializados nos Fundamentos Históricos do Serviço Social; Teoria e Metodologia do Serviço Social; Políticas Públicas e Sociais e Prática Profissional.

Aliando os princípios requeridos pela legislação apresentando um rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social. Oportunizando uma compreensão das expressões e da questão social e os desafios com os quais o profissional se defronta no cotidiano profissional, e a “indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio” (Resolução CNE/CES Nº 15 de 13/03/02).

Nessa perspectiva destacamos que a articulação dos conhecimentos e das habilidades de formação acadêmica e profissional podem ser materializadas por meio dos conteúdos das disciplinas, nos seminários temáticos, nas oficinas/laboratórios, atividades complementares, núcleos de pesquisa e extensão, estágio supervisionado e, bem os demais momentos já constituintes na matriz curricular para o aprendizado do exercício profissional nas dimensões

teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa com a supervisão acadêmica.

Esta supervisão será feita obrigatoriamente pelo professor e pelo profissional da unidade campo de estágio, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base no Plano de estágio e na documentação exigida pela Central de Estágio da UFT, tendo como referência a Lei de Regulamentação da Profissão, o Código de Ética do Assistente Social/CFESS e a Política Nacional de Estágio/ABEPSS. Assim, a carga horária total de estágio se configura em 420 h, sendo este 15% da carga horária do curso (2700 h) atendendo plena e satisfatoriamente a exigência mínima da ABEPSS e MEC de 405h.

Desta forma enfatizamos que o período de estágio deverá ser coordenado por um docente de Serviço Social/Pronera para essa atividade e deverá ter uma carga horária para desenvolver as atividades de coordenação de no mínimo 8 horas semanais. Em relação a carga horária do Estágio Supervisionado deve ser computada à parte da carga horária das disciplinas, pois o estágio é considerado uma atividade curricular obrigatória ao curso de Serviço Social, conforme diretrizes curriculares da ABEPSS.

O estudante cumprirá a carga horária total de 405h horas nos estágio I, II e III nos espaços sócio-ocupacionais, divididas em 3 semestres, sendo 135 horas por semestre. Com relação às disciplinas de estágio I, II e III estas serão realizadas com 30 horas em sala de aula e 30 horas de visitas e atividades docentes em campos de estágio supervisionado, perfazendo 60 horas por semestre e um total de 180 horas durante os três (03) semestres de realização de estágio para o docente. Estas visitas deverão ser realizadas por semestre em cada campo de estágio.

O Regulamento de Estágio obrigatório e não obrigatório do Curso de Serviço Social/Pronera encontra-se em anexo.

4.3.12. Prática Profissional

Com base nos pressupostos contidos nas diretrizes curriculares de Serviço Social da ABEPSS não há uma divisão entre teoria e prática na formação do assistente social, entretanto, conforme a estrutura curricular é possível apontar algumas disciplinas que possuem operacionalidade prática que se concentram em Estágio I, II e III.

4.3.13. Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será dividido em duas disciplinas I e II e deverá ser preferencialmente articulado às atividades desenvolvidas no campo de estágio, nas atividades de pesquisa e extensão e será regulamentado por um regimento próprio (em anexo).

Na disciplina de TCC I, o estudante deverá aprofundar, sob a orientação do professor, o projeto de pesquisa desenvolvido nas disciplinas Pesquisa e Serviço Social I e II. Ao final da disciplina TCC II, o estudante deverá concluir o trabalho, mediante defesa pública de monografia, com prazos e regimento a serem estabelecidos por uma comissão de docentes.

4.3.14. Avaliação do Processo Ensino-aprendizagem

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem se norteará pela perspectiva da metodologia dialógica em que o processo de educação/conscientização se dá quando educadores/as e educandos/as, mediatizados/as pelo mundo e através de suas experiências dialogadas desvelam a realidade de forma crítica e são capazes de recriarem o conhecimento. Ao refletirem sobre a realidade são capazes de se descobrirem “refazedores” desse processo.

Nessa perspectiva, acredita-se que a descoberta de si e do outro no mundo e a busca por se refazer nesse mundo vivido do eu e do outro, os levariam a uma participação autêntica na busca de libertação, conduzindo ao engajamento necessário para que essa libertação aconteça. Na “pedagogia do oprimido”, considerada a obra mais importante de Paulo Freire, encontra-se as bases para a prática político-pedagógica da educação popular:

No círculo de cultura, a rigor, não se ensina, aprende-se em “reciprocidade de consciências”; não há professor, há um coordenador, que tem por função dar as informações solicitadas pelos respectivos participantes e propiciar condições favoráveis à dinâmica do grupo, reduzindo ao mínimo sua intervenção direta no curso do diálogo (FREIRE, 2005, p.10).

Uma das questões fundamentais da prática pedagógica para uma educação libertadora pensada por Freire está relacionada à cultura. Nessa direção, o processo avaliativo deverá levar em consideração as particularidades regionais e as dificuldades enfrentadas pelos/as estudantes nesse processo, o que exigirá do educador uma relação de troca mútua e respeito, bem como, de dedicação pedagógica comprometida com os princípios organizativos dos movimentos sociais do campo, bem como, compromisso pedagógico do/a estudante.

Além disso, deverá considerar os parâmetros institucionais e seguir o critérios de assiduidade, com realização de chamada, participação qualificada e a colaboração nas atividades programadas nos conteúdos previstos conforme a matriz curricular, dentre esses,

instrumentos tais como: resenhas, fichamentos, seminários, pesquisas, avaliações individuais, grupo de estudos, debates, atividades de grupo, dentre outros.

Os educadores/responsáveis pelas disciplinas terão a autonomia para escolher dentre os instrumentos elencados para avaliarem seus/suas educandos/as em suas respectivas disciplinas. Cada professor será responsável integralmente por sua disciplina, participando das reuniões de planejamento do semestre, programando as atividades, preparando o material pedagógico e de avaliação para o período presencial e tempo comunidade, ministrando as aulas durante o período presencial, fazendo as avaliações necessárias dos (as) estudantes.

A avaliação seguirá os procedimentos previstos no Projeto Pedagógico do curso regular de Serviço Social da UFT que concebe a avaliação do desempenho acadêmico como parte essencial e integrante do procedimento sistemático do aproveitamento do/a estudante em relação a conhecimentos, habilidades e competências exigidas para o exercício profissional e científico, conforme resolução CONSEPE 05/2005 art. 4º, II, letra d. O aproveitamento escolar é avaliado por meio dos resultados por ele obtido em atividades acadêmicas feitas por disciplina, para onde convergirão os resultados de provas, trabalhos, projetos e outras formas de verificação, previstas no plano de ensino da disciplina (PPC/SS/UFT2010, p. 116).

Cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota expressa em grau numérico de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) sendo exigido, no mínimo, a nota 7,0 (sete) para aprovação. O aluno será reprovado quando não alcançar frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) nas aulas e a nota mínima exigida. Neste caso o aluno repetirá a disciplina, sujeito, na repetência, às mesmas exigências de frequência e de aproveitamento (PPC/SS/UFT2010, p. 116).

Em caso de reprovação de alguma disciplina, o(a) educando(a) poderá cursar a mesma disciplina no curso regular de Serviço Social, de modo a garantir a continuidade de seu curso no período seguinte do Projeto.

4.3.15. Avaliação do Projeto do Curso

No processo de avaliação processual do projeto pedagógico do curso de Serviço Social/Pronera será realizado reuniões administrativas e pedagógicas para planejamento de todas as etapas do curso, com participação de docentes, educandos e educandas, o Incra e os movimentos sociais, conforme prevê o item 4.2 que dispõe sobre a coordenação acadêmica. Essas reuniões representam o esforço para que haja interface entre uma atividade e outra, para que seja avaliado o que já aconteceu e a partir dessa reflexão se planeje a próxima etapa. É o esforço da concretização da ação-reflexão-ação com o objetivo de propor melhorias nas ações

e atividades pedagógicas propostas no projeto, a fim de garantir sua materialização com qualidade.

Nesse sentido, a equipe pedagógica terá por função a avaliação do projeto de curso, bem como, o núcleo docente estruturante (NDE) propondo melhorias e reformulações com vistas a contemplar as necessidades pedagógicas, que por ventura, são colocadas pela realidade dinâmica e contraditória, permitindo um aprimoramento constante dos elementos elencados no projeto pedagógico. Para a avaliação serão elaborados instrumentos com a finalidade de avaliar os aspectos metodológicos, a estrutura organizativa, o acompanhamento da execução do projeto, apresentação de adequações e estratégias de ação para melhoria do ensino.

Esses instrumentos serão aplicados a todos os sujeitos envolvidos diretamente e indiretamente, ou seja, os educadores/educadoras, educandos/educandas e os parceiros governamentais, dos movimentos sociais e da Universidade Federal do Tocantins - Campus de Miracema, com divulgação dos resultados em formato de relatório e artigos.

O Projeto tem como meta formar 60 trabalhadores rurais de áreas de reforma agrária em Bacharéis em Serviço Social. Isso representa a possibilidade de capacitar uma parcela da população rural como assistentes sociais. Este profissional estará apto a decifrar as diversas manifestações da "questão social", que se apresentam no cotidiano dos assentamentos rurais através de problemáticas nas relações de gênero, violência doméstica, alcoolismo, relações geracionais etc. Poderá a partir disto, contribuir com a elaboração de programas e projetos que visem a defesa das políticas sociais e a ampliação do seu acesso; poderá participar na organização política e social da população rural; enfim, um profissional que possa intervir nas relações sociais, planejando e organizando as reivindicações populares numa perspectiva de conquista da cidadania e ampliação dos direitos sociais e políticos.

Com a formação dos assentamentos rurais no Brasil a partir das últimas décadas, com a ampliação da política de reforma agrária, observamos que foram sendo ampliadas as demandas sociais nesse espaço. As equipes de assistência técnica, por exemplo, estão se ampliando e apresentando a necessidade de contar com profissionais da área social, rompendo uma visão tecnicista do campo. Dessa forma, os futuros assistentes sociais poderão se inserir em programas e projetos de assistência técnica e social, contribuindo com a melhoria dos serviços e garantindo o seu vínculo e permanência no campo. É importante afirmar que a qualificação profissional dos trabalhadores rurais de áreas de reforma agrária contribui para o cumprimento da função social da Política Nacional de Reforma Agrária (PNERA), de promover o desenvolvimento do campo numa perspectiva sustentável e emancipada.

4.3.16. Auto-avaliação e avaliação externa (Enade, Sinaes e outros)

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2016-2020) a Comissão Própria de Avaliação é o “órgão de representação acadêmica e social permanente responsável pelo processo de avaliação interna institucional da Universidade. Sua finalidade é implementar o processo de auto avaliação (avaliação interna) em caráter institucional e coordená-lo de acordo com as diretrizes, critérios e estratégias estabelecidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e em consonância com as diretrizes internas, os princípios e critérios definidos pela Universidade, respeitando as especificidades de suas atividades e sua missão institucional”.

De acordo com o Relatório de Avaliação Institucional, ano base 2016 “a autoavaliação institucional é definida como um processo que compreende participação social, reconhecimento da pluralidade de concepção dos procedimentos avaliativos e discussão dos significados políticos” (RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL UFT/CPA/PROAP). Dessa forma, o processo avaliativo deve buscar a participação da comunidade, no sentido de fomentar a discussão do projeto de auto avaliação, a fim de colaborar com as discussões e apontar os desafios, dificuldades e potencialidades da UFT em busca de sua expansão e consolidação. Ainda, de acordo com o referido relatório:

Até o ano 2015, as ações do processo de avaliação se restringiam a discussões grupais de dados oriundos de levantamentos feitos por diferentes unidades/colegiados de caráter administrativo-pedagógico. No ano de 2016, como uma forma de implementar a cultura institucional de avaliação, buscou-se por meio da promoção de seminários e reuniões descentralizadas da CPA nos Câmpus, discutir a cultura da avaliação e sua importância. O processo avaliativo passou a ser discutido com os professores, principalmente os membros dos NDEs, membros da Proap, Prograd e direções de Câmpus. Os resultados desse processo também orientam as reformulações dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) (RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL UFT/CPA/PROAP, 2017, p. 12).

Nessa perspectiva, o presente projeto pedagógico buscará em consonância com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) e a Comissão Setorial de Avaliação (CSA) fortalecer o processo interno de debate sobre a auto avaliação institucional, fortalecendo o NDE e a participação de estudantes e professores nesse processo.

No âmbito da avaliação externa dos cursos de graduação, o sistema nacional de avaliação da educação superior (Sinaes), por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) tem por objetivo avaliar o desempenho dos/as estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do curso, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para

compreender temas exteriores ao âmbito de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento (PPC/SS/UFT/2010, p. 119).

Dessa forma, o curso deve levar em conta os elementos contidos na avaliação Enade como forma de potencializar melhorias e inovações, a fim de possibilitar melhor interação entre o contexto local, regional e nacional no processo de formação. Assim, a avaliação também deverá levantar a coerência interna entre os elementos constituintes do Projeto e a pertinência da estrutura curricular em relação ao perfil desejado e o desempenho social do egresso, para possibilitar que as mudanças se deem de forma gradual, sistemática e sistêmica. Seus resultados subsidiarão e justificarão reformas curriculares, solicitação de recursos humanos, aquisição de material, etc. (PPC/SS/UFT/2010, p. 119).

5 – Corpo Docente, Corpo Discente e Corpo Técnico-Administrativo

5.1. Formação acadêmica e profissional do corpo docente

Quadro 3: Síntese: Titulação, área de formação e disciplinas ministradas pelo corpo docente

Nome	Graduação	Mestrado	Doutorado	Disciplinas ministradas
André Luiz Augusto da Silva	Serviço Social	Serviço Social	Serviço Social	Filosofia e Serviço Social, Ética e Serviço Social, Instrumentalidade do serviço social I e II
Carlos Mendes Rosa	Psicologia	Psicologia	Psicologia	Psicologia Social
Débora Bolzan	Serviço Social	Sociologia	Doutoranda em Política Social	FHTM I, II e III
João Nunes da Silva	Sociologia	Sociologia Rural	Comunicação e Cultura	Sociologia e Ciência Política
Josenice Ferreira dos Santos Araújo	Serviço Social	Sociologia	Doutoranda em Política Social	Direito e Legislação Social, Gestão e Planejamento
Rhuená Kelber Abrão	Pedagogia/Letras e Educação Física	Educação Física	Educação	Libras – Língua Brasileira de Sinais (Optativa 3) Oficina de língua portuguesa, Leitura e interpretação de textos

Maria Helena Cariaga	Serviço Social	Serviço Social	Serviço Social	Categorias do método marxiano, Instrumentalidade do serviço social I e II, Estágio I, II e III.
Maria José Antunes da Silva	Serviço Social	Serviço Social	Doutoranda em Política Social	Tópicos em Educação, Habitação e Cultura, Oficina de elaboração de projetos sociais, Estágio I, II e III
Mariléa Borges de Lima Salvador	Serviço Social	Educação	Doutoranda em Serviço Social	Serviço Social e Processo de Trabalho FHTM, Estágio I, II e III
Raquel Sabará de Freitas	Serviço Social	Serviço Social	Doutoranda em Política Social	Política Social I e II, Seguridade Social
Rosemary Negreiros de Araújo			Geografia	Formação Social, Econômica e Política da Amazônia, Antropologia, Metodologia do Trabalho Científico, Formação Social, Econômica e Política do Brasil, Cultura Brasileira e a Questão Étnico-racial (Optativa 1)
Rosemeire dos Santos	Serviço Social	Serviço Social	Serviço Social	Estatística, FHTM
Silvia Regina da Silva Costa	Serviço Social	Educação	Doutoranda em Artes	Pesquisa e Serviço Social,
Vanda Micheli Burginski	Serviço Social	Educação	Política Social	Política social I e II, Gênero, classe social e etnia, Questão agrária no Brasil, Estágio I, II e III.
Layanna Giordana Bernardo Lima	Pedagogia	Ciência do Ambiente	Geografia Humana	Sociedade, território e natureza

5.2. Regime de trabalho

Quadro 4: Regime de trabalho do corpo docente e experiência profissional na UFT

Nome	Titularidade	Data de vínculo com a UFT	Regime de Trabalho
------	--------------	---------------------------	--------------------

André Luiz Augusto da Silva	Doutor em Serviço Social	23/03/2010	DE
Carlos Mendes Rosa	Doutor em Psicologia	15/05/2015	DE
Débora Bolzan	Doutoranda em Política Social	20/05/2015	DE
João Nunes da Silva	Doutor em Comunicação e Cultura	04/11/2013	DE
Josenice Ferreira dos Santos Araújo	Doutoranda em Política Social	10/02/2011	DE
Rhuena Kelber Abrão	Doutor em Educação	29/04/2015	DE
Maria Helena Cariaga	Doutora em Serviço Social	24/07/2008	DE
Maria José Antunes da Silva	Doutoranda em Política Social	23/03/2010	DE
Mariléa Borges de Lima Salvador	Doutoranda em Serviço Social	07/10/2004	DE
Raquel Sabará de Freitas	Doutoranda em Política Social	08/10/2013	DE
Rosemary Negreiros de Araújo	Doutora em Geografia	21/09/2006	DE
Rosemeire dos Santos	Doutora em Serviço Social	20/05/2015	DE
Silvia Regina da Silva Costa	Doutoranda em Artes	17/02/2011	DE
Layanna Giordana Bernardo Lima	Doutora em Geografia Humana	04/08/2010	DE
Vanda Micheli Burginski	Doutora em Política Social	16/07/2008	DE

5.3. Núcleo Docente Estruturante (NDE) – Resolução CONAES nº 1, de 17/06/2010.

O Núcleo Docente Estruturante – NDE – é o órgão de caráter consultivo, propositivo e de acompanhamento, responsável pela formulação, implementação, desenvolvimento, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do curso e será formado por lideranças do corpo docente, que tenham destaque no curso em função das produções e temas candentes, preferencialmente a formação de professores na área de Serviço Social, podendo contar com a participação de professores de áreas afins, conforme quadro abaixo:

Quadro 5: Relação dos docentes que compõe o NDE do Curso de Serviço Social/Pronera

Nome	Regime de Trabalho	Mestrado	Doutorado
André Luiz Augusto da Silva	DE	Serviço Social	Serviço Social
Débora Bolzan	DE	Sociologia	Doutoranda em Política Social
Maria Helena Cariaga	DE	Serviço Social	Serviço Social
Mariléa Borges de Lima Salvador	DE	Educação	Doutoranda em Serviço Social
Rosemary Negreiros de Araújo	DE	História	Geografia
Vanda Micheli Burginski	DE	Educação	Política Social

O funcionamento do NDE será detalhado em regimento específico no documento em anexo. A presidente do NDE será a coordenadora do curso de Serviço Social/Pronera, Profa. Dra. Maria Helena Cariaga Silva.

5.4. Produção de material didático ou científico do corpo docente

O material didático e científico produzido pelo corpo docente encontra-se registrado no Currículo Lattes, na plataforma do CNPq, onde se poderá ter acesso à produção acadêmica referente a livros, capítulos de livros, artigos em periódicos especializados, textos completos em anais de eventos, resumos publicados em anais de eventos, produções artísticas e culturais e etc. O endereço eletrônico de acesso encontra-se em anexo.

5.5. Formação e experiência profissional do corpo técnico-administrativo que atende ao Curso

Quadro 6: Formação e Experiência Profissional do Corpo Técnico-administrativo

NOME	CARGO/FUNÇÃO	FORMAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO
Cícero Valdier Pereira	Pedagogo	Pedagogia	Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas
Hareli Fernanda Garcia Cecchin	Psicóloga	Psicologia	Mestrado em Desenvolvimento Regional
Fabiana Pereira Salgado Carvalho	Assistente em Adm.	Administração	Especialização em Administração Pública com Ênfase em Gestão Universitária

Fernanda Gomes Rocha de Aquino	Assistente em Adm.	Administração	Especialização em Administração Pública com Ênfase em Gestão Universitária
Manoel Benvindo Júnior	Administrador	Administração	Especialização em Administração Pública com Ênfase em Gestão Universitária
Ronaldo Machado Marques	Administrador	Administração	Especialização em Administração Pública com Ênfase em Gestão Universitária
Wilmar Pereira da Costa	Administrador	Administração	Especialização em Administração Rural
Wagner Lemos Martins	Assistente em Adm.	Geografia	Especialização em Educação Ambiental
Samuel Gomes de Queiroz	Assistente em Adm.	Tecnólogo em Processos Gerenciais	Especialização em Gestão de Recursos Humanos
Ana Carla Fernandes Maciel Mariano	Téc. em TI	Sistema de Informação	Especialização em Gestão do Conhecimento e da Tec. Da Informação
Marlene Coelho Valadares Sousa	Assistente em Adm.	Administração	Especialização em Gestão e Auditoria na Administração Pública
Amanda Gomes da Rocha	Assistente em Adm.	Pedagogia	Especialização em Gestão, Orientação e Supervisão Escolar
Roberto Monteiro Martins	Assistente em Adm.	Administração	Especialização em Gestão de Recursos Humanos
Geraldo Santos da Costa	Bibliotecário	Biblioteconomia	Especialização em Orientação Educacional
Rangel Barros de Souza	Assistente em Adm.	Pedagogia	Especialização em Pedagogia Social e Elaboração de Projetos
Maria Barbosa Ribeiro Soares	Téc. em Assuntos Educacionais	Pedagogia	Especialização em Supervisão e Orientação Educacional
Nadja Lopes Reis	Assistente em Adm.	Pedagogia	Especialização em Pedagogia

			Empresarial e Hospitalar
Ivone Fonseca de Lima Neta	Assistente em Adm.	Tecnólogo em Gestão pública	-
Dorisvan Moreira	Assistente em Adm.	Pedagogia	-
Jefferson Marques Nascimento	Assistente em Adm.	Ciências Contábeis	-
Wanderson Lopes dos Reis	Assistente em Adm.	Ciências Contábeis	-
Luana Maria de Miranda Correia	Assistente em Adm.	Administração	-
Joelson Barreira de Andrade	Assistente em Adm.	Ensino Médio	-
Victor Soares Nunes	Assistente em Adm.	Ensino Médio	-
Marcos de Moura Silva	Téc. em TI	Ensino Médio	-
Thássio Brandão dos Santos	Assistente em Adm.	Ensino Médio	-
Ronilda Carvalho de Sousa Lopes	Assistente em Adm.	Ensino Médio	-

6 - Instalações Físicas e Laboratórios

6.1. Laboratórios e instalações

O Campus Universitário de Miracema encontra-se instalado num prédio doado pela Prefeitura Municipal de Miracema desde 1992, quando iniciou como unidade do sistema *multicampi* da Universidade Estadual do Tocantins. A Área Física do Campus é de 19.305,70 m² e a Área Edificada é de 3.794,33 m², que envolve a administração com 1.822,40 m², o bloco I de sala de aulas com 468,44 m², o bloco II com 468,44 m² e o bloco III com 468,44 m², o prédio da nova biblioteca com 405,74 m², o vestiário e a cantina com 160,87 m². Conta ainda com uma área em projeção para o Centro Cultural de 1.455,02 m².

Na área construída, há sete Blocos: um para as instalações administrativas do Campus e os outros para as salas de aula, biblioteca, cantina e vestiário.

Salas de aula - O *campus* dispõe de 15 (quinze) salas de aula com tamanho, iluminação, ventilação, climatizadas e com mobiliário adequados, disponíveis nos períodos matutino, vespertino e noturno. Estas quinze salas de aula atualmente estão sendo utilizadas pelos Cursos de Pedagogia e Serviço Social. A redução de duas para uma entrada de alunos do curso de pedagogia via vestibular, permitirá a criação de um novo curso.

Sala de trabalho dos docentes – o *campus* possui 12 (doze) salas destinadas ao trabalho acadêmico dos docentes (com aproximadamente 25m² cada uma) equipadas com móveis e equipamentos de informática e com acesso à internet, necessária ao trabalho docente. Cada sala comporta 04 (quatro) docentes.

Salas de reunião: Com a nova estruturação, após implantação do curso de Serviço Social, o espaço físico existente foi reorganizado e criadas 01 (uma) sala destinada às reuniões do Colegiado de Curso e do Conselho Diretor, com 23,27m² de área construída, cada, climatizadas, equipadas com móveis e equipamentos de informática com acesso à internet.

Auditório – Possui 142m², com boa ventilação e iluminação, o auditório dispõe de aproximadamente 100 (cem) poltronas com braço de apoio removível. Há indicativo da Reitoria sobre a definição da construção do auditório. No espaço do atual auditório encontra-se instalado o equipamento de videoconferência e recursos audiovisuais e multimídia, tais como: datashow, dvd e videocassete.

Sala de Recepção das coordenações de *campus* e de curso – Atualmente esse espaço situa-se na ante-sala (recepção) das coordenações de curso – Pedagogia, Serviço Social, Educação Física e Psicologia.

Sala de Avaliação Institucional – O *campus* dispõe de uma sala com 16,62 m² destinada às atividades da Coordenação de Avaliação Institucional da UFT.

Sala do PIMI – Programa Institucional de Monitoria Indígena - Sala destinada aos alunos indígenas, de 17,80 m² de área construída, climatizada, contendo móveis e equipamentos necessários ao bom desenvolvimento das atividades do setor.

Secretaria acadêmica – Com 48.49m² de dimensão espacial, a secretaria acadêmica comporta satisfatoriamente os equipamentos, mobiliários e funcionários. Está em local de fácil acesso aos alunos.

Sala da Coordenação administrativa e financeira – Uma sala com área de 17,80 m², devidamente equipada com móveis e equipamentos necessários. Funciona também nesta sala

o setor de almoxarifado e patrimônio, setor este responsável pelos móveis, equipamentos e materiais de expediente do campus. No setor funciona a Diretoria de Desenvolvimento Humano – DDH – dando suporte para os demais setores do *campus*.

Reprografia – Após terceirização do serviço de reprografia, a máquina destinada à prestação do referido serviço, foi instalada numa sala adequada ao serviço, com área de 10,45 m², equipada e climatizada de acordo com o contrato.

Instalações sanitárias: existem 07 (sete) banheiros, parcialmente adequados ao atendimento da comunidade universitária, sendo dois no hall do piso inferior e dois no piso superior. Ao lado das salas da coordenação de campus e de curso existem dois banheiros para uso dos servidores técnico-administrativos e docentes.

Laboratório de Informática: A UFT campus de Miracema oferecerá aos estudantes dois Laboratórios de Informática com uma excelente estrutura de recursos computacionais para aulas práticas multidisciplinares. O laboratório multidisciplinar possui 25 computadores conectados à internet, onde os estudantes podem aprimorar suas pesquisas e conhecimentos. Já no laboratório coordenado pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAPS) a previsão será de 30 computadores adquiridos neste ano de 2017, também conectados à internet que atendem aos estudantes de todos os cursos.

Espaço físico em m² dos laboratórios:

- Laboratório multidisciplinar: 47,42 m².
- Laboratório de Apoio: 60,33 m².

6.2. Biblioteca¹⁰

A biblioteca do Campus Universitário de Miracema foi criada em 1992, juntamente com o início das atividades do Campus. Possui uma área total de 375,85m², dividida em sala de leitura (73,79m²), área de processo técnico da informação (9,73 m²) e área de acervo (157,37 m²), a qual os usuários têm livre acesso. Situada em local de fácil acesso, dentro do próprio Campus, todas as coleções estão alocadas no andar térreo, devido ao peso dos livros, em local silencioso, iluminado, em área que permita ampliações futuras.

¹⁰ Texto atualizado referente ao projeto de mestrado acadêmico em Serviço Social enviado à Capes.

A biblioteca segue uma divisão básica do espaço: uma sala destinada à leitura, que possui quatro cabines individuais para estudo, além de mesas dispostas para os usuários; o depósito do acervo, que além da sala principal com o acervo básico, conta com outras salas para as mais diversas coleções. O espaço destinado aos procedimentos técnicos está situado na parte superior do prédio. É importante lembrar que foram construídas rampas em frente à biblioteca para facilitar o acesso de cadeirantes, bem como dos demais usuários. Com relação à iluminação, o acervo está disposto de modo que as janelas do prédio possam permitir uma boa iluminação natural. Já a iluminação artificial, é feita com lâmpadas fluorescentes, causam menos danos ao acervo e aquecem menos o ambiente, tornando praticável o funcionamento noturno da biblioteca e seu aproveitamento em tardias reuniões e outros programas culturais da coletividade.

Serviços de informatização da biblioteca

A biblioteca da UFT de Miracema funciona de segunda a sexta-feira, no horário de 07h às 22h, ininterruptamente e também aos sábados de 08h às 12h. Dentre os serviços oferecidos estão:

- Empréstimos domiciliar (informatizado) para alunos, professores e funcionários da instituição devidamente regularizados;
- Consulta local informatizada;
- Consulta online;
- Orientação na normalização de trabalhos acadêmicos;
- Serviços de reservas e renovação online de publicação; Pesquisas bibliográficas;
- Acesso aos periódicos da Capes;
- Elaboração de Ficha Catalográfica;
- Programas e conscientização para preservação do acervo;
- Visita orientada;
- Wireless (Internet sem fio, que abrange todo o prédio, o que deixa o sinal de internet excelente. Em breve serão dois pontos de acesso, o que vai aumentar a potência do sinal).
- Emissão de e-mail automático para informar os usuários do empréstimo, devolução e aviso de quando a reserva estará disponível.
- Treinamento de usuários com relação ao Regimento e Regulamento das Bibliotecas da UFT.

A informatização da biblioteca e de seu acervo, que teve início em meados de 2007, está por conta do Sistema de Informações para o Ensino (SIE), que permite aos usuários fazerem pesquisas, reservas e renovações de livros on-line, além de consultas sobre títulos do acervo,

com muito mais facilidade e praticidade. Destaca-se, que este importante processo de informatização das bibliotecas, tem uma parceria do à Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI).

Plano de utilização do acervo das bibliotecas

Atualmente atende a graduação regular dos cursos de Educação Física, Pedagogia, Psicologia e Serviço social, e também aos cursos de pós-graduação *lato sensu*. A atualização e expansão do acervo bibliográfico seguem rigorosamente os critérios que são estabelecidos para a execução desses serviços.

Prioritariamente é feita a atualização e expansão levando em consideração as bibliografias (básicas e complementares) dos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação e das pós-graduações existentes no campus. Vale ressaltar, que essa expansão bibliográfica, também leva em consideração as indicações bibliográficas sugeridas pela comunidade acadêmica, através do projeto “indique um livro”, que em seguida passa pelo setor de seleção e aquisição da biblioteca.

No que tange à qualidade, uma das metas para o ano de 2016 foi aumentar e qualificar o acervo de periódicos com a renovação de assinaturas dos títulos existentes e adquirir novas assinaturas para áreas específicas dos cursos da UFT/Miracema, através do sistema de compra ou doação, com dois objetivos: disponibilizar uma maior variedade de títulos aos leitores e atender a recomendação feita pela Direção do Campus, que segue as orientações do Ministério da Educação do Brasil quanto a acervo bibliográfico.

São essas as informações básicas da estrutura e funcionamento da Biblioteca Paulo Freire, do Campus Universitário de Miracema. Vale destacar que o Campus de Miracema está sendo ampliado em outro espaço, através do Campus II, envolvendo blocos de salas de aula e em especial com um bloco de 3 pavimentos para a implantação da nova biblioteca.

Outras informações podem ser encontradas no portal do Sistema de Bibliotecas da UFT (SISBIB), no seguinte endereço:

6.2.1. Periódicos especializados

Para melhor visualização, a lista dos periódicos especializados da biblioteca do campus de Miracema se encontra em uma tabela em anexo.

6.3. Instalações e equipamentos complementares

Veículos - O Campus possui em sua frota de veículos: (01) um micro-ônibus capacidade para 22 passageiros e um condutor, uma BOX com capacidade para (11) onze passageiros e um condutor, uma camionete L200 capacidade (04) quatro passageiros e um condutor, um Voyage, um Gol.

Alimentação - O Campus dispõe de espaço físico construído para uma lanchonete que atualmente está em fase de licitação para concessão de uso.

Estacionamento para carros oficiais (sem cobertura): atende suficientemente à frota.

Estacionamento uso comum: Amplo estacionamento que atende suficientemente a demanda atual.

Copiadora para atendimento Administrativo e Pedagógico: Uma copidora terceirizada contratada pela instituição.

Copiadora para atendimento dos alunos: Não

6.4. Área de lazer e circulação

As atividades culturais e de interatividade são realizadas no **Auditório** do Bloco Administrativo. Capacidade (90) noventa lugares. O campus dispõe de dois recantos para convivência da comunidade acadêmica, local de realização de atividades de lazer. Espaço de livre circulação.

6.5. Recursos audiovisuais

O campus possui 7 equipamentos de data show, 4 notebooks, uma câmera para transmissão de eventos, duas câmeras DSLR para registro de imagens. Estes equipamentos estão à disposição da comunidade acadêmica.

6.6. Acessibilidade para portador de necessidades especiais (Decreto nº 5.296/2004)

O Campus dispõe em seu plano integrado de passarelas (SEM COBERTURA) com sinalização e rampas de acessibilidade para portadores de necessidades especiais e/ou mobilidade reduzida. O acesso ao campus é feito por dois portões um no lado norte com guarita e outro no lado oeste. As entradas possuem passarelas com sinalização tátil direcionadas para todos os blocos do campus.

6.7. Sala de Direção do Campus e Coordenação de Curso

A sala da direção do campus de Miracema conta com um espaço físico de 48,28 M², ambiente climatizado e adequado para realização de reuniões administrativas, bem como, receber o público e a comunidade acadêmica.

As coordenações dos cursos de Pedagogia, Serviço Social, Educação Física e Psicologia atualmente funcionam na ante-sala (recepção) com espaço amplo, climatizado e adequado para abrigarem todas as coordenações.

7 – Anexos

Periódicos especializados.

Endereço de acesso na Plataforma Lattes dos Currículos Acadêmicos dos docentes.

**Atas de aprovação do PPC pelo Colegiado do Curso e pelo Conselho Diretor do Campus;
Ad referendum do Diretor do Campus acerca do Regulamento do Estágio Curricular
Obrigatório e não obrigatório, Regulamento de TCC, Regimento do NDE no Conselho
Diretor do Campus.**

**Declarações dos docentes de que as atividades não impactarão na carga horária do curso
regular aos quais estão vinculados.**

Regimento Acadêmico do Curso.

Regulamento de Estágio Curricular Obrigatório.

Regulamento de Estágio Não Obrigatório.

Regulamento de TCC.

Regimento do NDE

Termo de Execução Descentralizada (TED) e Plano de Trabalho.

Publicação no DOU, 07 de dezembro de 2017.